

★ continuação					Cosan S.A. - CNPJ nº 50.746.577/0001-15						
Balancos patrimoniais (Em milhares de reais)											
Ativos	Nota	Controladora		Consolidado		Passivos	Nota	Controladora		Consolidado	
		31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024			31/12/2025	31/12/2024		
Caixa e equivalentes de caixa	5.2	15.383.305	2.201.267	27.243.683	16.903.542	Empréstimos, financiamentos e debêntures	5.4	481.367	347.032	3.918.720	4.403.148
Caixa restrito		-	-	45.781	28.006	Passivos de arrendamento	5.5	9.935	9.227	982.991	1.007.533
Títulos e valores mobiliários	5.3	23.211	805.335	2.588.411	3.272.941	Instrumentos financeiros derivativos	5.6	369.813	1.074.991	1.909.404	2.504.117
Contas a receber de clientes	5.7	-	-	3.520.278	3.730.364	Fornecedores	5.9	870	2.900	4.078.511	5.168.593
Instrumentos financeiros derivativos	5.6	72.145	18.402	310.981	905.341	Ordenados e salários a pagar		43.695	43.356	771.618	794.906
Estoque	7	-	-	1.969.258	2.072.905	Imposto de renda e contribuição social correntes		15.369	18.514	153.310	414.823
Receíveis de partes relacionadas	5.8	117.836	114.099	199.549	197.063	Outros tributos a pagar	14	34.951	78.197	525.208	637.842
Imposto de renda e contribuição social a recuperar		709.042	453.308	1.166.622	793.721	Dividendos a pagar	17	-	3.495	226.484	96.722
Outros tributos a recuperar	6	5.278	5.364	1.022.881	886.136	Redução de capital a pagar		-	-	-	486.285
Dividendos e juros sobre capital próprio a receber	17	87.224	19.377	35.410	153.548	Concessões a pagar	13	-	-	189.076	166.273
Redução de capital a receber		-	1.013.714	-	-	Pagáveis a partes relacionadas	5.8	233.562	210.620	320.916	416.410
Ativos financeiros setoriais	5.10	-	-	338.332	221.947	Passivos financeiros setoriais	5.10	-	-	96.719	64.718
Outros ativos financeiros		-	-	612	675	Outros passivos financeiros	5	-	-	1.096.884	770.103
Outros ativos		74.506	50.896	993.667	629.426	Outras contas a pagar		514.651	298.534	1.192.397	895.223
		16.472.547	4.681.762	39.435.465	29.795.615			1.704.213	2.086.866	15.462.238	17.826.696
Ativos não circulantes mantidos para venda	8	531.734	796.211	652.168	978.788	Passivos relacionados a ativos não circulantes disponíveis para venda	8	-	-	86.138	86.138
Ativo circulante		17.004.281	5.477.973	40.087.633	30.774.403	Passivo circulante		1.704.213	2.086.866	15.548.376	17.912.834
Contas a receber de clientes	5.7	-	-	148.885	265.370	Empréstimos, financiamentos e debêntures	5.4	15.907.024	21.003.523	60.308.411	62.052.278
Títulos e valores mobiliários	5.3	307.177	-	404.182	113.360	Passivos de arrendamento	5.5	8.210	15.232	5.429.809	5.502.220
Caixa restrito		186	-	182.987	146.297	Obrigação de recompra de ações de controlada	5.13	3.844.648	-	3.844.648	-
Imposto de renda e contribuição social diferidos	15	1.378.628	1.758.410	3.703.864	4.495.296	Instrumentos financeiros derivativos	5.6	215.820	29.883	771.265	966.087
Receíveis de partes relacionadas	5.8	102.476	292.882	20.348	202.826	Fornecedores	5.9	-	-	18.991	19.256
Imposto de renda e contribuição social a recuperar		-	-	195.821	264.308	Ordenados e salários a pagar		-	-	23.406	19.101
Outros tributos a recuperar	6	35.278	35.177	1.815.830	1.334.553	Outros tributos a pagar	14	149.367	216.203	176.702	255.245
Depósitos judiciais	16	351.904	416.969	1.072.982	1.056.690	Imposto de renda e contribuição social correntes		5.919	-	78.872	-
Instrumentos financeiros derivativos	5.6	134.239	1.547.093	1.956.127	2.893.987	Provisão para demandas judiciais	16	295.175	308.607	2.058.122	2.044.633
Ativos financeiros setoriais	5.10	-	-	390.622	509.695	Concessões a pagar	13	-	-	3.799.169	3.554.917
Outros ativos		128.894	140.594	919.706	739.386	Investimentos com passivo a descoberto	9.1	371.318	263.722	-	-
Outros ativos financeiros		-	-	5.193	3.820	Pagáveis a partes relacionadas	5.8	5.397.919	7.052.404	1.166	1.078
Investimentos em controladas e coligadas	9.1	16.573.858	31.308.696	1.721.308	10.678.566	Obrigações de benefício pós-emprego	23	386	279	536.426	526.620
Investimentos em controladas em conjunto	10	11.509	1.193.072	60.356	10.545.044	Imposto de renda e contribuição social diferidos	15	-	-	6.125.221	5.973.506
Imobilizado	11.1	30.303	39.038	26.795.725	23.019.016	Passivos financeiros setoriais	5.10	-	-	2.168.542	1.975.521
Intangível	11.2	11.715	9.873	26.706.626	26.330.785	Receitas diferidas ou antecipadas		-	-	14.355	16.589
Ativos de contrato	11.3	-	-	1.044.613	1.114.830	Outros passivos financeiros	5	2.804.606	-	2.804.606	297.736
Direito de uso	11.4	12.649	17.557	9.662.929	9.958.751	Outras contas a pagar		74.264	356.851	399.799	749.919
Propriedades para investimentos	11.5	-	-	18.221.781	16.818.919			29.074.656	29.246.704	88.559.510	83.954.706
Ativo não circulante		19.078.816	36.759.361	95.029.885	110.491.499	Total do passivo		30.778.869	31.333.570	104.107.886	101.867.540
						Patrimônio líquido	17				
						Capital social		10.282.739	8.832.544	10.282.739	8.832.544
						Ações em tesouraria		(76.150)	(50.708)	(76.150)	(50.708)
						Reserva de capital		4.194.210	2.205.878	4.194.210	2.205.878
						Ajustes de avaliação patrimonial		625.554	565.855	625.554	565.855
						Reservas de lucros		-	8.773.990	-	8.773.990
						Prejuízos acumulados		(9.722.125)	(9.423.795)	(9.722.125)	(9.423.795)
						Patrimônio líquido atribuível aos acionistas controladores		5.304.228	10.903.764	5.304.228	10.903.764
						Acionistas não controladores	9.3	-	-	25.705.404	28.494.598
								5.304.228	10.903.764	31.009.632	39.398.362
						Total do patrimônio líquido		36.083.097	42.237.334	135.117.518	141.265.902
						Total do passivo e patrimônio líquido		36.083.097	42.237.334	135.117.518	141.265.902

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Demonstrações dos resultados (Em milhares de reais, exceto resultado por ação)					
	Nota	Controladora		Consolidado	
		31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Receita operacional líquida	19	-	-	40.418.596	43.950.742
Custo dos produtos vendidos e dos serviços prestados	20	-	-	(27.242.987)	(30.236.061)
Lucro bruto				13.175.609	13.714.681
Despesas de vendas	20	-	-	(1.850.143)	(1.575.890)
Despesas gerais e administrativas	20	(287.681)	(368.154)	(2.527.748)	(2.845.282)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	21	155.298	(126.151)	3.161.271	1.549.834
Perda por redução ao valor recuperável	21	(265.880)	-	(1.493.752)	(3.155.400)
Despesas e receitas operacionais		(398.263)	(494.305)	(2.710.372)	(6.026.738)
Resultado antes do resultado da equivalência patrimonial e do resultado financeiro líquido		(398.263)	(494.305)	10.465.237	7.687.943
Perda por redução ao valor recuperável em coligada	9.1	-	-	-	(4.672.396)
Equivalência patrimonial em controladas e coligadas	9.1	(4.764.200)	(2.960.668)	219.922	1.719.031
Equivalência patrimonial das controladas em conjunto	10	(1.224.526)	(142.161)	(10.885.023)	(1.229.980)
Resultado de equivalência patrimonial		(5.988.726)	(3.102.829)	(10.665.101)	(4.183.345)
Despesas financeiras		(2.822.014)	(2.357.419)	(8.949.615)	(7.637.116)
Receitas financeiras		875.774	291.426	3.583.317	2.655.899
Variação cambial, líquida		1.434.193	(3.557.941)	2.397.352	(5.741.359)
Efeito líquido dos derivativos		(2.230.083)	327.317	(4.822.475)	1.972.859
Resultado financeiro líquido	22	(2.742.130)	(5.296.617)	(7.791.421)	(8.749.717)
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social		(9.129.119)	(8.893.751)	(7.991.285)	(5.245.119)
Imposto de renda e contribuição social	15				
Corrente		(419)	(48.781)	(1.286.327)	(1.952.203)
Diferido		(592.587)	(666.350)	(916.789)	(1.238.319)
Resultado do exercício das operações em continuidade		(993.006)	(715.131)	(2.203.116)	(3.190.522)
Resultado das operações descontinuadas, líquidas de impostos		(9.722.125)	(9.60		

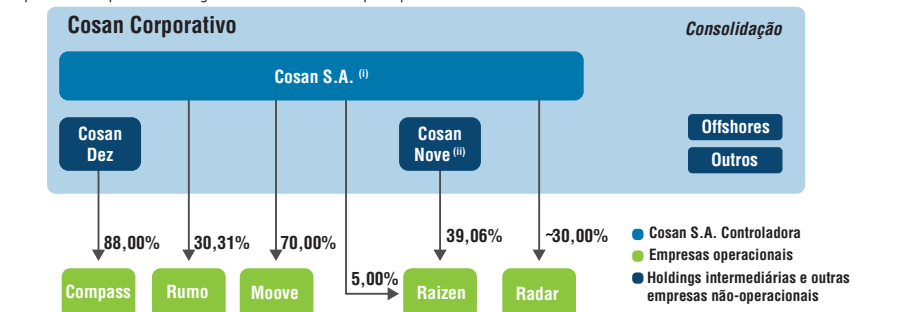
Cosan S.A. - CNPJ nº 50.746.577/0001-15										
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido (Em milhares de reais)										
	Capital social	Ações em tesouraria	Reserva de capital	Reserva de lucros	Ajustes de avaliação patrimonial	Prejuízos acumulados	Patrimônio líquido atribuível aos acionistas controladores	Patrimônio líquido atribuível aos acionistas não controladores	Total do patrimônio líquido	
			Transações societárias - Lei 6.404/76	Reserva estatutária						
Saldo em 1º de janeiro de 2024	8.682.544	(93.917)	737	314.325	58.802	9.431.589	20.955.307	30.025.873	50.981.180	
Resultado líquido do exercício	-	-	-	-	-	(9.423.795)	(9.423.795)	1.262.029	(8.161.766)	
Outros resultados abrangentes	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Resultado com hedge accounting de fluxo de caixa	-	-	-	-	(303.494)	-	(303.494)	(90.157)	(393.651)	
Diferenças cambiais de conversão de operações no exterior	-	-	-	-	466.811	-	466.811	70.300	537.111	
Ganhos atuariais com plano de benefício definido, líquido de imposto	-	-	-	-	88.213	-	88.213	19.102	107.315	
Total do resultado abrangente do exercício	-	-	-	-	251.530	-	(9.423.795)	(9.172.265)	(7.910.991)	
Contribuições dos acionistas e distribuições aos acionistas	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Aumento de capital	150.000	-	-	-	-	(150.000)	-	-	-	
Redução de capital em controlada	-	-	-	(60.111)	-	-	(60.111)	(634.660)	(694.771)	
Pagamento baseado em ações	-	114.827	-	(202.625)	-	-	(87.798)	13.367	(74.431)	
Perda na distribuição de dividendos para acionistas não controladores	-	-	-	(712)	-	-	(712)	1.141	429	
Dividendos	-	-	-	-	-	(566.401)	(566.401)	(2.382.267)	(2.948.668)	
Ações próprias adquiridas	-	(190.593)	-	-	-	-	(190.593)	-	(190.593)	
Cancelamento de ações em tesouraria	-	118.975	-	(118.975)	-	-	-	-	-	
Combinação de negócios	-	-	-	-	-	-	-	574.598	574.598	
Alienação de ativos mantidos para venda	-	-	-	-	-	-	-	(372.030)	(372.030)	
Plano de remuneração dos empregados liquidado com instrumentos patrimoniais	-	-	-	29.819	-	-	29.819	4.330	34.149	
Total de contribuições e distribuições	150.000	43.209	-	(352.604)	-	(716.401)	(875.796)	(2.795.521)	(3.671.317)	
Transações com os acionistas	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Perda na mudança de participação em controlada	-	-	-	(3.482)	-	-	(3.482)	2.972	(510)	
Total de transações com os acionistas	-	-	-	(3.482)	-	-	(3.482)	2.972	(510)	
Total de contribuições, distribuições e transações com acionistas	150.000	43.209	-	(356.086)	-	(716.401)	(879.278)	(2.792.549)	(3.671.827)	
Saldo em 31 de dezembro de 2024	8.832.544	(50.708)	737	2.205.141	565.855	8.715.188	10.903.764	28.494.598	39.398.362	
Saldo em 1º de janeiro de 2025	8.832.544	(50.708)	737	2.205.141	565.855	8.715.188	10.903.764	28.494.598	39.398.362	
Resultado líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Outros resultados abrangentes	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Resultado com hedge accounting de fluxo de caixa	-	-	-	-	192.617	-	192.617	7.642	200.259	
Diferenças cambiais de conversão de operações no exterior	-	-	-	-	(85.689)	-	(85.689)	30.652	(55.037)	
Ganhos atuariais com plano de benefício definido, líquido de imposto	-	-	-	-	5.903	-	5.903	(4.931)	972	
Perda de valor justo de passivos financeiros designados ao valor justo por meio do resultado atribuível a alterações no risco de crédito	-	-	-	-	(38.132)	-	(38.132)	(23.847)	(61.979)	
Ganho na mensuração de instrumento financeiro derivativo	-	-	-	15.000	(15.000)	-	-	-	-	
Total do resultado abrangente do exercício	-	-	-	15.000	59.699	-	(9.722.125)	(9.647.426)	(10.110.186)	
Contribuições dos acionistas e distribuições aos acionistas	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Aporte de capital (Nota 17 (a))	2.100.000	-	-	8.170.000	-	-	10.270.000	-	10.270.000	
Redução de capital em controlada	-	-	-	-	-	-	-	(11.215)	(11.215)	
Ações próprias adquiridas (Nota 17 (b))	-	(34.022)	-	-	-	-	(34.022)	-	(34.022)	
Pagamento baseado em ações	-	8.580	-	2.553	-	-	11.133	17.436	28.569	
Absorção de prejuízos acumulados (Nota 17 (a))	(649.805)	-	-	-	-	(58.802)	9.423.795	-	-	
Dividendos	-	-	-	-	-	-	-	(2.831.692)	(2.831.692)	
Plano de remuneração dos empregados liquidado com instrumentos patrimoniais	-	-	-	44.015	-	-	44.015	3.613	47.628	
Total de contribuições e distribuições	1.450.195	(25.442)	-	8.216.568	-	(58.802)	10.291.126	(2.821.858)	7.469.268	
Transações com os acionistas	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Perda na mudança de participação em controlada e outras transações (Nota 9.1)	-	-	-	(6.124.205)	-	-	(6.124.205)	376.393	(5.747.812)	
Efeito proveniente de aumento de capital em controlada	-	-	-	(119.031)	-	-	(119.031)	119.031	-	
Total de transações com os acionistas	-	-	-	(6.243.236)	-	-	(6.243.236)	495.424	(5.747.812)	
Total de contribuições, distribuições e transações com acionistas	1.450.195	(25.442)	-	1.973.332	-	(58.802)	4.047.890	(2.326.434)	1.721.456	
Saldo em 31 de dezembro de 2025	10.282.739	(76.150)	737	4.193.473	625.554	8.715.188	5.304.228	25.705.404	31.009.632	

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras da Cosan S.A. (Em milhares de reais, exceto se de outra forma indicado)

1. Contexto operacional

A Cosan S.A. ("Cosan" ou "a Companhia") é uma companhia aberta listada no segmento especial Novo Mercado da B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão ("B3") sob o código de negociação "CSAN3". As American Depositary Shares ("ADSs") da Companhia estão listadas na New York Stock Exchange ("NYSE") e negociadas sob o código "CSAN". A Cosan é uma sociedade anônima com sede na cidade de São Paulo, estado de São Paulo, Brasil. O acionista controlador final da Cosan é o Sr. Rubens Ometto Silveira Mello. Em 31 de dezembro de 2025, o segmento Cosan Corporativo compreendia as seguintes entidades e suas principais características:



(i) Controladora: Entidade que exerce controle - por meio de participação societária direta ou indireta - sobre suas controladas e participa em empreendimentos em conjunto (*joint ventures*). Seu resultado é predominantemente impactado por despesas gerais e administrativas, constituição de provisões decorrentes de contingências, resultado de equivalência patrimonial e resultado financeiro relacionado ao endividamento corporativo. (ii) O Itaú Unibanco S.A. ("Itaú") possui ações preferenciais que representam uma participação societária de 12,73% na Cosan Nove Participações S.A. ("Cosan Nove"), controlada pela Companhia, a qual possui participação direta de 39,06% na Raizen S.A. ("Raizen"). **Operações de ofertas públicas de ações:** Em setembro de 2025, a Cosan S.A. anunciou acordo estratégico com investidores âncora - representados pelas holdings Agussanta e fundos institucionais do BTG Pactual e Perfin - para a realização de duas ofertas públicas primárias de ações. Como parte do arranjo, foi constituída a Vertiz Holding S.A. ("Vertiz"), nova holding que concentraria a participação conjunta desses investidores na Companhia. Em novembro de 2025, foram realizadas as ofertas ao preço de R\$ 5,00 por ação. A primeira oferta emitiu 1.812.500.000 ações ordinárias, incluindo hot issue de 362.500.000 ações, e captou R\$ 9.062.500.000. Os investidores âncoras subscreveram 1.450.000.000 ações por meio da Vertiz, com compromisso de lock-up de quatro anos para metade das ações e de cem dias para a outra metade. A segunda oferta emitiu 287.500.000 ações, incluindo hot issue de 100.000.000 ações, e captou R\$ 1.437.500.000, com direito de preferência aos acionistas detentores de ações em 19 de setembro de 2025. Em 7 de novembro de 2025, foi celebrado o acordo de acionistas entre as holdings Agussanta, os fundos investidores e a Vertiz, com vigência de vinte anos, que estabeleceu voto vinculado para 1.125.184.190 ações (28,42% do capital social total, após as duas ofertas e excluindo ações em tesouraria). As ofertas totalizaram captação líquida de R\$ 10.270.000, da qual R\$ 8.170.000 foi destinada à reserva de capital e R\$ 2.100.000 ao capital social. Este último aumentou de R\$ 8.182.739 para R\$ 10.282.739 (Nota Explicativa 17), com emissão total de 2.100.000.000 novas ações. A captação líquida foi destinada ao fortalecimento da estrutura de capital, do perfil de crédito e da liquidez da Companhia e de suas controladas. As ofertas foram registradas automaticamente na CVM, sem lote suplementar ou estabilização de preços. Em 30 de janeiro de 2026, a Vertiz resgatou ações preferenciais nominativas das classes C e D, mediante a entrega de ações de emissão da Companhia aos respectivos titulares, reduzindo sua participação direta na Cosan de 36,56% para 24,19%. Assim, o FIP BTG Pactual Multiestratégia III (BPAC3) passou a deter 8,36% do capital votante da Cosan diretamente, além de outros fundos do BTG Pactual (1,31% e 0,86%) e do Perfin Rally FIP (1,83%). O bloco de acionistas mantém a mesma participação direta e indireta na Companhia e continuará votando de forma vinculada nas deliberações sociais.

2. Eventos relevantes e dívidas contraídas no exercício

2.1 Portfólio: **2.1.1 - Aquisição da DIPI Holdings Ltda. pela Moove:** Em 29 de setembro de 2024, a controlada indireta Cosan Lubrificantes e Especialidades S.A. ("CLE" - segmento Moove) celebrou contrato de compra e venda para a aquisição de 100% das ações da DIPI Holdings Ltda. ("DIPI") pelo preço de R\$ 329.006. A transação foi concluída em 2 de janeiro de 2025, após o cumprimento de todas as condições precedentes. A Companhia realizou o reconhecimento da alocação do preço de aquisição aos ativos identificáveis e passivos assumidos, conforme detalhado na Nota Explicativa 9.2. **2.1.2 - Alienação da participação societária na Vale S.A.:** Em 16 de janeiro de 2025, a Companhia alienou 173.073.795 ações ordinárias da Vale S.A. ("Vale"), correspondentes a 4,05% do capital social, pelo montante líquido de R\$ 8.892.802, já deduzida a comissão de corretagem. Após essa transação, a Companhia manteve uma posição de 4.268.720 ações ordinárias da Vale, equivalentes a 0,10% do capital social, com valor contábil de R\$ 242.036. Em 31 de dezembro de 2025, o valor justo dessa posição remanescente, registrado em títulos e valores mobiliários, era de R\$ 307.177. Posteriormente, em 12 de janeiro de 2026, a Companhia alienou a participação remanescente pelo valor de R\$ 319.723. Adicionalmente, em 09 e 12 de janeiro de 2026, a Companhia liquidou antecipadamente a estrutura de derivativos do tipo *Call Spread*, referente a 4.268.720 ações. Essa operação resultou em um ingresso de caixa de R\$ 91.853. **2.1.3 - Incêndio na fábrica de lubrificantes da Moove:** Em 8 de fevereiro de 2025, ocorreu um incêndio no Complexo Ilha do Governador ("CIG") da Moove, localizado no Rio de Janeiro. O incidente afetou principalmente as áreas de fabricação e envase de lubrificantes acabados, que estavam inoperantes no momento do sinistro, representando 10% da área total do complexo. A Moove acionou imediatamente os protocolos de emergência e gerenciamento de riscos. As medidas de contenção, implementadas conforme o plano de contingência da empresa, foram eficazes para minimizar danos à estrutura, à comunidade local e ao meio ambiente. Não houve vítimas, feridos ou impactos ambientais identificados. A Moove iniciou prontamente seu plano de continuidade de negócios e, atualmente, opera em plena estabilidade suas atividades de mistura e enchimento por meio de seu ecossistema produtivo alternativo. **a) Avaliação financeira do incêndio: a) Interrupção operacional:** O incêndio limitou-se à área de fabricação de lubrificantes acabados. Em 31 de dezembro de 2025, o plano de limpeza e liberação operacional da área atingida encontrava-se substancialmente concluído. As demais operações do CIG (operações a granel de lubrificantes e óleos básicos, terminais de tanques, operações marítimas e operações de pier) mantiveram-se em funcionamento sem interrupções. Para mitigar os impactos nas áreas afetadas, a Moove implementou as seguintes medidas: (i) Realocação das atividades de mistura e enchimento para outras plantas produtivas, incluindo parceiros terceirizados homologados. (ii) Ativação de alianças estratégicas para garantir a disponibilidade de produtos e a continuidade da cadeia de suprimentos. (iii) Utilização do estoque de segurança distribuído na rede de centros de distribuição. **b) Baixa de ativos fixos:** A Moove contratou uma empresa terceira especializada, com conhecimento de suas operações, para realizar inventário físico dos ativos sinistrados e não atingidos no CIG, com o objetivo de apurar a extensão real da perda, identificar e catalogar os ativos afetados e mensurar as perdas por baixa contábil (valor de custo líquido de depreciação acumulada), em conformidade com o CPC 01/IAS 36 - Redução ao Valor Recuperável de Ativos. Adicionalmente, a Moove realizou diligências internas e inspeções de campo na área diretamente impactada e em adjacentes expostas a calor intenso ou a produtos químicos utilizados no combate ao incêndio. Com base nesses trabalhos, foi reconhecida em 31 de dezembro de 2025 a baixa definitiva de ativos fixos sinistrados no montante de R\$ 51.288, registrada na demonstração do resultado em outras receitas (despesas) operacionais, líquidas. **c) Baixa de estoques:** Após o incidente, foi realizado levantamento das perdas de estoques, incluindo produtos alocados diretamente na área impactada e nas adjacências (que sofreram alterações qualitativas de origem química devido à exposição às altas temperaturas). Em 31 de dezembro de 2025, o total de perdas de estoques apurado foi de R\$ 35.996, com estorno de créditos de impostos relacionados à perda no montante de R\$ 11.406, totalizando R\$ 47.402 de perdas reconhecidas nos custos dos produtos vendidos. **d) Indenizações recebidas e a receber:** A Moove possui apólice de seguro vigente com cobertura para danos materiais e lucros cessantes. Foram realizadas análises técnicas e emitidos laudos independentes por peritos qualificados, além da emissão de carta de confirmação pelas seguradoras em 30 de junho de 2025, atestando a existência e o direito à cobertura securitária. A partir dessa data, a Moove passou a ter direito ao recebimento das indenizações por danos materiais e lucros cessantes. Para mensuração das indenizações, foram contratadas empresas independentes especializadas em cálculos securitários para sinistros de grande porte. Em 19 de dezembro de 2025, foi assinado o termo de quitação final entre as partes, assegurando o recebimento do integral da indenização do sinistro de perdas operacionais no montante de R\$ 933.683. Deste montante, R\$ 500.000 já havia sido recebido em 2025 a título de pagamento parcial. Em 31 de dezembro de 2025, o saldo de indenização securitária a receber reconhecido no ativo circulante da Companhia é de R\$ 433.683, em contrapartida a outras receitas operacionais no resultado. A totalidade desses valores foi liquidada pelas seguradoras durante o mês de janeiro de 2026. **2.1.4 - Reorganização societária da Rumo Malha Norte S.A.:** Em 19 de fevereiro de 2025, a Rumo S.A. ("Rumo") e a Rumo Malha Norte S.A. ("Rumo Malha Norte") aprovaram uma reorganização societária para simplificar sua estrutura. O processo envolveu a incorporação das ações dos acionistas não controladores da Rumo Malha Norte (0,26% do capital social) pela controladora Rumo, no montante de R\$ 18.774, tornando-a uma controlada integral, com os minoritários recebendo ações da Rumo em troca. Após o prazo de direito de recesso em julho, a operacionalização da transferência de ações foi concluída em 14 de agosto de 2025. **2.1.5 - Redução de capital social Cosan Dez:** Em 27 de fevereiro de 2025, a Companhia recebeu o montante de R\$ 1.013.760 referente à redução de capital da Cosan Dez Participações S.A. ("Cosan Dez"), aprovada em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 26 de junho de 2024. **2.1.6 - Resgate de ações preferenciais da Cosan Nove:** Em 31 de março de 2025, a Companhia resgatou 1.087.179.567 ações preferenciais da Cosan Nove, anteriormente detidas pelo Banco Itaú, pelo montante de R\$ 2.169.000. Após a transação, as ações preferenciais foram convertidas em ações ordinárias, elevando a participação da Companhia na Cosan Nove para 87,27% com efeito de mudança de participação societária no montante de R\$ 975.073 (ver Nota Explicativa 9.1). **2.1.7 - Rescisão do acordo de venda de ações do Terminal XXXIX:** Em 5 de junho de 2025, a Rumo anunciou a rescisão do acordo de venda de ações do Terminal XXXIX de Santos S.A. ("Terminal XXXIX") em razão do não cumprimento de condições precedentes contratuais. A rescisão foi realizada sem ônus, multas ou obrigações de ressarcimento, mantendo-se a participação acionária de 50% da Rumo no Terminal XXXIX. Como consequência da rescisão, o investimento foi reclassificado de "ativo não circulante mantido para venda" para "investimentos em controladas". Foi reconhecido um ganho de equivalência patrimonial referente ao período corrente e retroativo durante o qual o ativo esteve classificado como mantido para venda, totalizando R\$ 50.877. **2.1.8 - Pagamento de dividendos da Rumo S.A.:** Em 11 de junho de 2025, a Rumo aprovou a distribuição de dividendos com base na reserva de lucros no montante de R\$ 1.500.000. O pagamento foi realizado em 25 de junho de 2025, tendo a Companhia recebido o montante de R\$ 455.893, sem atualização

monetária ou incidência de juros entre a data da aprovação e a data do efetivo crédito em conta. **2.1.9 - Venda de ações RAIL3 e total return swap:** Em dezembro de 2025, a Companhia alienou, por meio de leilão na B3, o total de 184.700.000 ações da Rumo, o que equivale a 9,94% de sua participação societária. Simultaneamente, nos dias 15 e 22 do mesmo mês, celebrou operações de Total Return Swap ("TRS") com o Banco Santander (Brasil) S.A. ("Santander") e o BNP Paribas Brasil S.A. ("BNP"). Os contratos têm como ativo subjacente 92.500.000 e 92.200.000 ações ordinárias da Rumo (código B3: RAIL3), respectivamente, totalizando um valor notional de R\$ 2.794.724. Os TRS, com vencimento em janeiro de 2027, conferem exposição econômica à variação do preço das ações e aos proventos distribuídos, em troca do pagamento de uma taxa equivalente ao Certificado de Depósito Interbancário ("CDI") acrescida de spread. Os contratos foram reconhecidos como um financiamento, com ações da Rumo dadas em garantia, e esse passivo financeiro foi classificado e mensurado subsequentemente ao custo amortizado. Embora tenha havido alienação formal das ações no mercado, não houve transferência substancial de riscos e benefícios associados ao investimento original, em razão da contratação simultânea de TRS que devolvem à Companhia a exposição econômica integral às ações alienadas. Assim, não há desreconhecimento do investimento na controlada, permanecendo a contabilização integral da Rumo na consolidação. Ressalta-se que, na liquidação dos referidos contratos, não há qualquer obrigação de recompra das ações pela Companhia. O valor total da captação, líquido dos custos envolvidos, foi de R\$ 2.792.853. Após atualização de juros, o saldo final em 31 de dezembro de 2025 era de R\$ 2.804.606. **2.1.10 - Transações com acionistas preferencialistas da Cosan Dez:** Em 30 de dezembro de 2025, em Assembleia Geral Extraordinária da controlada Cosan Dez, os acionistas aprovaram (i) o aumento do capital social no montante de R\$ 153.592, mediante emissão de 30.675.567 ações ordinárias, sem valor nominal; e (ii) a distribuição de dividendos intercalares no valor total de R\$ 623.591, pagos exclusivamente aos acionistas titulares de ações preferenciais nominativas da Cosan Dez. Na mesma data, a Cosan Dez aprovou: (i) a recompra de ações preferenciais Classe A mediante pagamento de R\$ 3.577.760 ao Bradesco BBI S.A. ("Bradesco") com efeito de mudança de participação societária em R\$ 2.655.132 (ver Nota Explicativa 9.1); (ii) a criação de quatro novas classes de ações preferenciais - Classe A, Classe B, Classe C e Classe D - todas com direito de voto restrito; e (iii) a conversão voluntária de 174.856.299 ações ordinárias em ações preferenciais Classe A e de outras 174.856.299 ações ordinárias em ações preferenciais Classe B. Ainda em 30 de dezembro de 2025, a Cosan celebrou acordo de acionistas com Bradesco e BTG Holding, que estabeleceu os termos para a aquisição de 174.856.299 ações preferenciais Classe A pelo Bradesco, pelo valor de R\$ 2.000.000, e de 174.856.299 ações preferenciais Classe B pelo BTG, também pelo valor de R\$ 2.000.000. Ambos os contratos contêm cláusula de: i) *put option*, que confere aos investidores o direito de exigir da Companhia a recompra das ações preferenciais a partir das datas previstas contratualmente; e (ii) *call option*, que confere à Companhia o direito de recompra das ações preferenciais nas datas previstas contratualmente. Considerando que o exercício da opção é economicamente inevitável após o prazo estabelecido, foi reconhecido passivo financeiro no valor de R\$ 3.844.648, correspondente ao valor presente da obrigação de recompra de ações emitidas pela controlada Cosan Dez, classificado como Passivo Não Circulante na rubrica de "Obrigação de recompra de ações de controlada". O investimento em Cosan Dez permanece integralmente reconhecido no Ativo Não Circulante, com os custos transacionais amortizados conforme o método da taxa efetiva (ver Nota Explicativa 5.13). Em 19 de fevereiro de 2026, o Bradesco exerceu o direito de conversão de suas ações preferenciais de classe B, representativas de 4,99% do capital social da Cosan Dez, em ações preferenciais de classe D, totalizando 11,50% do capital social da referida controlada. A operação foi realizada nos termos do acordo de acionistas vigente. **2.1.11 - Incerteza quanto à continuidade operacional da joint venture Raizen S.A.:** A Companhia detém participação relevante na Raizen, classificada como joint venture e avaliada pelo método da equivalência patrimonial. Em 12 de fevereiro de 2026, a Raizen divulgou em suas informações contábeis intermediárias, incerteza significativa sobre sua capacidade de continuidade operacional (*going concern*). Diante desse cenário, a Raizen revisou as premissas utilizadas nos testes de recuperabilidade de seus ativos, procedendo aos ajustes e provisões necessários. Tais eventos, aliados ao elevado nível de endividamento, resultaram em prejuízos significativos e patrimônio líquido negativo de R\$ 1.132.503, em 31 de dezembro de 2025. Até a data de autorização destas demonstrações financeiras, não havia acordo formal de reforço de capital firmado. A administração da Companhia avaliou que tal evento não compromete a capacidade de continuidade operacional da própria Companhia, a qual mantém estrutura de capital sólida e liquidez adequada para honrar seus compromissos conforme vencimento. Com base nas informações disponíveis em 31 de dezembro de 2025, o investimento em Raizen foi reduzido a zero no balanço da Companhia, não tendo sido reconhecido passivo adicional, uma vez que a Companhia concluiu, em conjunto com seus assessores jurídicos, através de leitura de contratos, documentações societárias e outros documentos relacionados à Raizen, que não possui obrigações legais ou construtivas de suporte financeiro à Raizen. A evolução do processo de reestruturação societária e financeira da Raizen continuará a ser monitorada pela administração, com eventuais impactos a serem reconhecidos nos períodos em que ocorrerem. Em 4 de março de 2026, a Raizen divulgou fato relevante apresentando propostas para o fortalecimento de sua estrutura de capital. A Raizen pretende estabelecer um ambiente de negociação ordenado com seus credores financeiros para buscar uma solução consensual. Caso necessário, a implementação dessa solução ocorrerá por meio de processo de recuperação extrajudicial. **2.2 Dívidas:** **2.2.1 - Resgate antecipado de debêntures:** Em 22 de janeiro de 2025, a Companhia exerceu a opção facultativa de resgate antecipado da totalidade das debêntures da 1ª Série da 3ª Emissão. Tratava-se de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, com vencimento original previsto para 2028. O valor total do resgate foi de R\$ 750.000, acrescido da remuneração *pro rata temporis*, calculada desde a data do último pagamento de juros até a data do resgate efetivo, e do prêmio de resgate previsto na escritura de emissão. **2.2.2 - Resgate antecipado do Senior Notes com vencimento em 2027 ("Bond 2027"):** Em 29 de janeiro de 2025, a Companhia comunicou ao mercado sua decisão de exercer a cláusula de resgate antecipado do Bond 2027. O resgate integral, no montante de U.S.\$ 392.000 mil, equivalente a R\$ 2.250.825 na data do efetivo pagamento, foi realizado em 14 de março de 2025, pelo valor de face dos títulos. **2.2.3 - Ofertas de recompra de Bonds e Debêntures:** Durante o exercício, a Companhia efetuou recompras parciais da 5ª e 6ª emissão de Debêntures e de títulos emitidos pela Cosan Luxembourg S.A. ("Cosan Lux"), especificamente os Bonds 2029, 2030 e 2031, conforme detalhado na tabela abaixo:

2.2.5 - Dívidas contraídas no exercício:						
Segmento/Modalidade	Data	Incidência de juros	Taxa	Objetivo	Gastos captação de recursos	Valor Vencimento
Cosan Corporativa						
Debêntures	12/03/2025	Anual	CDI + 0,60% a.a.	Gestão de capital	(46.633)	1.500.000 27/01/2029
Debêntures	12/03/2025	Anual	CDI + 0,70% a.a.	Gestão de capital	(13.797)	500.000 27/03/2030
Debêntures	12/03/2025	Anual	CDI + 1,00% a.a.	Gestão de capital	(13.721)	500.000 27/03/2032
Compass						
Debêntures	10/01/2025	Anual	DI + spread 0,50% a.a.	Investimentos	-	410.000 07/01/2027
Debêntures	18/02/2025	Semestral	IPCA + 7,44% a.a.	Investimentos	(18.546)	800.000 15/01/2033
Loan 4.131	20/03/2025	Anual	CDI + 0,78% a.a.	Investimentos	(859)	350.000 20/03/2026
Debêntures	15/05/2025	Semestral	CDI + 0,45% a.a.	Investimentos	(2.414)	1.500.000 15/05/2028
Debêntures 12.431	09/10/2025	Semestrais	IPCA + 6,80%	Investimentos	(11.974)	300.000 15/09/2037
Debêntures 12.431	09/10/2025	Semestrais	IPCA + 6,58%	Investimentos	(32.200)	700.000 15/09/2040
Debêntures	17/11/2025	Semestrais	CDI + 0,45%	Investimentos	(511)	200.000 15/11/2029
Nota comercial privada	26/11/2025	Liquidação	CDI + 1,20%	Investimentos	-	53.900 31/03/2026
BNDES	17/12/2025	Mensal	IPCA + 9,00%	Investimentos	(1.369)	26.675 16/09/2041
BNDES	17/12/2025	Mensal	Pré-fixado	Investimentos	(105)	215.825 16/09/2041
Rumo						
Debêntures	28/03/2025	Anual	IPCA + 7,47% a.a.	Gestão de capital	(17.020)	434.949 28/03/2037
Debêntures	28/03/2025	Anual	IPCA + 7,53% a.a.	Gestão de capital	(63.990)	1.365.051 28/03/2040
Debêntures	29/09/2025	Semestral	IPCA + 6,58% a.a.	Investimentos	(46.187)	1.000.000 15/10/2040
Debêntures	16/12/2025	Semestral	IPCA + 7,40% a.a.	Investimentos	(12.152)	750.000 15/12/2040
BNDES (Finem)	18/12/2025	Semestral	IPCA + 8,81% a.a.	Investimentos	(1.681)	26.959 15/09/2035
BNDES (Finem)	18/12/2025	Semestral	TR + 8,21% a.a.	Investimentos	(1.681)	26.959 15/09/2035
Moove						
Loan 4.131	16/01/2025	Anual	CDI + 0,50% a.a.	Gestão de capital	-	500.000 18/01/2028
Nota de crédito de exportação	19/12/2025	Anual	USD + 4,52% a.a.	Gestão de capital	-	275.700 17/12/2027

* continuação		Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras da Cosan S.A. (Em milhares de reais, exceto se de outra forma indicado)			
		31/12/2025	31/12/2024		
Compass	Distribuição de gás natural				
	Industrial	8.514.502	11.978.851		
	Residencial	2.667.598	2.331.263		
	Cogeração	300.242	511.997		
	Automotivo	438.332	485.946		
	Comercial	924.090	878.635		
	Receita de construção	1.568.285	1.602.284		
	Outros	380.491	594.472		
	14.793.540	18.383.448			
Marketing & serviços	Comercialização de gás	1.810.515	–		
		16.604.055	18.383.448		
Moove	Produto acabado	8.068.803	8.794.520		
	Óleo básico	743.454	630.349		
	Serviços	507.874	823.500		
		9.320.131	10.248.369		
Rumo	Operações norte	11.111.826	11.096.559		
	Operações sul	1.941.834	2.154.493		
	Operações de contêineres	794.116	685.337		
		13.847.776	13.936.389		
Radar	Arrendamento e venda de propriedades	653.785	1.441.809		
	Cosan Corporativo				
Serviços		3.413	2.160		
		272.675.784	295.210.951		
Reconciliação		(232.257.188)	(251.260.209)		
Desconsolidação controladas em conjunto, ajustes e eliminações		40.418.596	43.950.742		
Total					
4.2 Informações sobre área geográfica:					
		Receita líquida	Outros ativos não circulantes		
		31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Brasil		34.743.725	38.185.302	89.460.884	97.433.283
Europa ⁽ⁱ⁾		3.189.394	3.100.762	382.446	761.716
América Latina ⁽ⁱⁱ⁾		278.167	304.074	34.375	46.929
Estados Unidos da América		2.166.395	2.360.604	2.133.670	2.562.230
Ásia e outros ⁽ⁱⁱⁱ⁾		40.915	–	–	–
Total		40.418.596	43.950.742	92.011.375	100.804.158
Principais países: (i) Inglaterra, França, Espanha e Portugal; (ii) Argentina, Bolívia, Uruguai e Paraguai; e (iii) Singapura, Emirados Árabes Unidos e Oceania. 4.3 Principais clientes: Em 31 de dezembro de 2025, a controlada Rumo possuía um cliente cuja receita representou 10,34% da sua receita operacional líquida, equivalente a R\$ 1.323.753, correspondendo a 3,3% da receita operacional líquida consolidada da Cosan. No exercício findo em 31 de dezembro de 2024, esse mesmo cliente representou 12,10% da receita operacional líquida da Rumo, com valor de R\$ 1.763.541, o que correspondeu a 4% da receita operacional líquida consolidada da Cosan.					
5. Ativos e passivos financeiros					
Política contábil: Classificação: A Companhia classifica seus ativos financeiros nas seguintes categorias de mensuração: • Mensurados ao valor justo (seja por meio de outros resultados abrangentes ou por meio do resultado). • Mensurados ao custo amortizado. A classificação depende do modelo de negócio adotado para a gestão dos ativos financeiros e das características contratuais dos fluxos de caixa. Para ativos financeiros mensurados ao valor justo, os ganhos e perdas são reconhecidos no resultado ou em outros resultados abrangentes. Para investimentos em instrumentos de dívida, isso dependerá do modelo do negócio no qual o investimento é mantido. A Companhia reclassifica os investimentos em títulos de dívida somente quando há alteração no modelo de negócio para a gestão desses ativos. Os passivos financeiros são classificados como mensurados a custo amortizado ou a valor justo por meio do resultado. Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado quando: (i) é mantido para negociação; (ii) é derivativo (exceto contratos de garantia financeira e contratos de compra e venda com liquidação futura que não tenham como finalidade a negociação); ou (iii) é designado como tal no reconhecimento inicial. Reconhecimento e mensuração: No reconhecimento inicial, a Companhia mensura um ativo financeiro ou o passivo financeiro ao seu valor justo, mais ou menos, no caso de ativo financeiro ou passivo financeiro que não seja ao valor justo por meio do resultado, os custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à aquisição ou à emissão do ativo financeiro ou passivo financeiro. Os custos de transação de ativos financeiros ou passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado são registrados como despesas no resultado. As compras e vendas de ativos financeiros sujeitas a liquidação regular são reconhecidas na data do contrato (trade date), isto é, na data em que a Companhia assume o compromisso irrevogável de compra ou venda. Após o reconhecimento inicial, a Companhia mensura os ativos financeiros da seguinte forma: • Custo amortizado: para ativos mantidos em modelo de negócios cujo objetivo é manter os instrumentos com vistas a receber os fluxos de caixa contratuais que atendem ao critério solely payments of principal and interest (“SPPI”). Esta categoria inclui contas a receber de clientes, caixa e equivalentes de caixa, recebíveis de partes relacionadas, caixa restrito, ativos financeiros setoriais e dividendos e juros sobre capital próprio a receber; • Valor justo por meio de outros resultados abrangentes (“FVOCI”): para ativos mantidos em modelo de negócios com objetivos tanto de coleta de fluxos de caixa quanto de venda, cujos fluxos atendem ao critério SPPI; • Valor justo por meio do resultado (“FVTPL”): para todos os demais ativos financeiros, incluindo derivativos e instrumentos que não atendem ao critério SPPI. Passivos financeiros classificados como valor justo por meio do resultado são mensurados a valor justo, com todas as variações reconhecidas no resultado do período. Os demais passivos financeiros são mensurados a custo amortizado pelo método da taxa efetiva, com despesa de juros e variações cambiais reconhecidos no resultado. Desreconhecimento: Os ativos financeiros são desreconhecidos quando os direitos de receber fluxos de caixa tenham vencido ou tenham sido transferidos e a Companhia tenha transferido substancialmente todos os riscos e benefícios da propriedade. Os passivos financeiros são desreconhecidos quando as obrigações contratuais são extintas, canceladas ou vencidas. Quando os termos de um passivo são modificados de forma substancial - isto é, quando a taxa de juros efetiva do passivo modificado varia em 10% ou mais em relação à taxa original - o passivo original é desreconhecido e um novo passivo é reconhecido pelo valor justo dos fluxos de caixa modificados, com o ganho ou perda decorrente reconhecido no resultado do exercício. Adicionalmente, a Companhia considera, além da variação dos 10%, aspectos qualitativos para efetuar o desreconhecimento do passivo. Os ativos e passivos financeiros são demonstrados conforme classificados abaixo:					
Ativos		Controladora	Consolidado		
	Nota	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Valor justo por meio do resultado					
Caixa e equivalentes de caixa	5,2	22.047	986.278	2.525.668	2.122.442
Títulos e valores mobiliários	5,3	330.388	805.335	2.992.593	3.386.301
Instrumentos financeiros derivativos	5,6	206.384	1.565.495	2.267.108	3.799.328
Outros ativos financeiros		–	–	5.805	4.495
		558.819	3.357.108	7.791.174	9.312.566
Custo amortizado					
Caixa e equivalentes de caixa	5,2	15.361.258	1.214.989	24.718.015	14.781.100
Contas a receber de clientes	5,7	–	–	3.669.163	3.995.734
Caixa restrito		186	–	228.768	174.303
Recebíveis de partes relacionadas	5,8	220.312	406.981	219.897	399.889
Ativos financeiros setoriais ⁽ⁱ⁾	5,10	–	–	728.954	731.642
Depósitos judiciais	16	351.904	416.969	1.072.982	1.056.690
Dividendos e juros sobre capital próprio a receber	17	87.224	19.377	35.410	153.548
Ativo financeiro indenizável		–	–	557.475	416.377
Redução de capital a receber		–	1.013.714	–	–
		16.020.884	3.072.030	31.230.664	21.709.283
Total		16.579.703	6.429.138	39.021.838	31.021.849
Passivos					
Custo amortizado					
Empréstimos, financiamentos e debêntures					
Fornecedores	5,9	(16.388.391)	(21.350.555)	(32.945.289)	(38.161.392)
Contraprestação a pagar		(870)	(2.900)	(4.097.502)	(5.187.849)
Outros passivos financeiros ⁽ⁱ⁾		–	–	(195.057)	(246.256)
Passivos de arrendamento	5,5	(18.145)	(24.459)	(1.096.884)	(1.067.839)
Concessões a pagar	13	–	–	(6.412.800)	(6.509.753)
Pagáveis a partes relacionadas	5,8	(5.631.481)	(7.263.024)	(3.988.245)	(3.721.190)
Obrigação de recompra de ações em controladas	5,13	(3.844.648)	–	(322.082)	(417.488)
Passivo decorrente de financiamento com garantia de ações	2,1,9	(2.804.606)	–	(3.844.648)	–
Dividendos a pagar	17	–	(3.495)	(2.804.606)	–
Redução de capital a pagar		–	–	(226.484)	(96.722)
Passivos financeiros setoriais	5,10	–	–	–	(486.285)
Parcelamento de débitos tributários	14	–	–	(2.265.261)	(2.040.239)
		(145.173)	(219.429)	(161.182)	(254.302)
		(28.833.314)	(28.863.862)	(58.360.040)	(58.189.315)
Valor justo por meio do resultado					
Empréstimos, financiamentos e debêntures		–	–	(31.281.841)	(28.294.034)
Instrumentos financeiros derivativos	5,6	(585.633)	(1.104.874)	(2.680.669)	(3.470.204)
Outras contas a pagar		–	–	(11.854)	(12.362)
		(585.633)	(1.104.874)	(33.974.364)	(31.776.600)
Total		(29.418.947)	(29.968.736)	(92.334.404)	(89.965.915)
(i) As controladas da Companhia adotam estratégias para otimização do capital de giro, incluindo o alongamento dos prazos de pagamento com seus fornecedores e a utilização de operações estruturadas de financiamento da cadeia de suprimentos, também conhecidas como reverse factoring ou operações de risco sacado. Na Rumo, essas operações foram estruturadas com instituições financeiras de primeira linha como contrapartes diretas, a uma taxa média de 14,13% a.a. (11,05% a.a. em 31 de dezembro de 2024). O prazo médio das operações foi de aproximadamente 48 dias (35 dias em 31 de dezembro de 2024). Os passivos com fornecedores que não participam de acordos de risco sacado apresentam prazos de pagamento na média dos 45 dias. Nessas operações, a Rumo transfere substancialmente os riscos e benefícios associados aos passivos comerciais para as instituições financeiras, resultando no desreconhecimento do passivo comercial e no reconhecimento de passivo financeiro pelo valor da obrigação assumida perante o banco. Essa transferência contábil constitui transação não monetária, não sendo apresentada nas Demonstrações dos Fluxos de Caixa. O fluxo de liquidação do saldo é classificado em atividades operacionais ou de investimento, conforme a natureza do objeto da compra original. Os encargos financeiros decorrentes são reconhecidos em “Juros sobre contingências e contratos comerciais” no resultado financeiro, totalizando R\$ 45.281 no exercício findo em 31 de dezembro de 2025 (R\$ 48.275 em 31 de dezembro de 2024). Na Comgás, em 31 de dezembro de 2025, o saldo de antecipações de recebíveis de fornecedores junto a instituições financeiras foi de R\$ 84.105 (R\$ 132.999 em 31 de dezembro de 2024), com prazo máximo de 90 dias. Os passivos com fornecedores que não participam de acordos de risco sacado apresentam prazos de pagamento similares, também na média dos 90 dias. Nessas operações, a decisão de antecipação é exclusiva do fornecedor, que negocia diretamente com a instituição financeira. A Comgás mantém inalteradas as condições comerciais originais (prazo e valor), não transfere riscos de crédito para o banco e não recebe qualquer benefício financeiro da instituição. Portanto, não ocorre desreconhecimento do passivo comercial, que permanece classificado como obrigação não financeira até seu vencimento normal. A Comgás não exerce influência sobre a decisão do fornecedor nem assume obrigações perante a instituição financeira. (ii) Refere-se à parcela transferida do ativo de contrato, dos investimentos realizados na infraestrutura da concessão, cuja vida útil excede o prazo do contrato de concessão e, representa o direito incondicional da Compass por meio de suas subsidiárias de receber indenização do Poder Concedente ao final do prazo de concessão. O saldo está registrado na rubrica Ativo financeiro indenizável e outros ativos no longo prazo e é atualizado mensalmente pelo mesmo índice de reajuste aplicado à tarifa, conforme previsto no contrato da Concessão. 5.1 Cláusulas restritivas: Sob os termos das principais linhas de empréstimos, a Companhia e suas controladas são obrigadas a cumprir as seguintes cláusulas financeiras:					
Companhia	Dívida	Meta		Índice	
Cosan Corporativo					
Cosan	* Senior Notes due 2029	Dívida líquida pro forma ^{(a)(i)} /EBITDA pro forma ⁽ⁱⁱ⁾ não poderá ser superior a 3,5x		3,03	
Luxembourg S.A.	* Senior Notes due 2030	Dívida líquida pro forma ⁽ⁱⁱ⁾ /EBITDA pro forma ⁽ⁱⁱⁱ⁾ não poderá ser superior a 3,5x		2,85	
	* Senior Notes due 2031				
Compass					
Comgás	* Debênture 14ª emissão	Dívida líquida ^(a) (ex-arrendamentos)/EBITDA ⁽ⁱⁱ⁾ não poderá ser superior a 4,00		1,88	
	* Debênture 7ª a 13ª				
	* BNDES	Dívida líquida ^{(a)(ii)} /EBITDA ⁽ⁱⁱⁱ⁾ não poderá ser superior a 4,0x		1,89	
	* Loan 4131				
Compagas	* Debênture 5ª emissão	Dívida Líquida ^{(a)(ii)} /EBITDA ⁽ⁱⁱⁱ⁾ não poderá ser superior à 4,0x		2,26	
		Dívida Líquida ^{(a)(ii)} /EBITDA ⁽ⁱⁱⁱ⁾ não poderá ser superior à 3,5x		0,42	
Sulgás	* BNDES	Índice de endividamento geral (Exigível total ^(a) /Passivo total ^(a) anual não poderá ser superior a 0,8		0,73	
	* Debênture 1ª emissão	Dívida líquida ^(a) /EBITDA ⁽ⁱⁱ⁾ não poderá ser superior a 4,0x		0,42	
Necta	* Debênture 1ª emissão	Dívida líquida ^(a) /EBITDA ⁽ⁱⁱ⁾ não poderá ser superior a 4,0x		n/m ^{(a)(i)}	
Moove					
MLH	* Syndicated Loan	Dívida líquida ⁽ⁱ⁾ /EBITDA ⁽ⁱⁱ⁾ não poderá ser superior a 3,5x ao fim de cada trimestre		1,63	
		ICSD ^{(a)(ii)} não poderá ser inferior a 2,5x ao fim de cada trimestre		4,19	
Rumo					
	* Debênture (11ª, 12ª, 13ª e 14ª) ^(a)	ICJ ^(a) = EBITDA ⁽ⁱⁱ⁾ /Resultado financeiro ^(a) não poderá ser inferior a 2,0x		3,52	
Rumo S.A.	* ECA				
	* ECA				
	* Senior Notes due 2028	Dívida líquida ^{(a)(ii)} /EBITDA ⁽ⁱⁱⁱ⁾ não poderá ser superior a 3,5x		1,94	
	* Senior Notes due 2032				
	* Debêntures ^(a)				

(i) A dívida líquida consiste no saldo de empréstimos, financiamentos e debêntures (“Dívida Bruta”), líquida de caixa e equivalentes de caixa, títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos sobre dívida. (ii) Corresponde ao EBITDA acumulado dos últimos doze meses. (iii) Dívida líquida e EBITDA pro forma, incluindo o equivalente a 50% das informações financeiras de joint venture conforme determinado nos contratos. O EBITDA pro forma corresponde ao período acumulado dos últimos 12 meses. Para os covenants das Senior Notes, são excluídos os valores das controladas irrestritas. (iv) O resultado financeiro da dívida líquida é representado pelo custo da dívida líquida. (v) As debêntures 11ª, 12ª, 13ª e 14ª emissões possuem covenant contratual de alavancagem limitada a 3,0x. Contudo, elas possuem um consentimento prévio (waiver) que permite à emissora extrapolar esse índice até o limite de 3,5x até 31 de dezembro de 2027. (vi) Índice de Cobertura de Juros (“ICJ”). (vii) Índice de Cobertura do Serviço da Dívida (“ICSD”). (viii) A dívida líquida consiste no saldo de endividamento circulante e não circulante, líquido de caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários. (ix) A dívida líquida consiste no saldo de endividamento circulante e não circulante, líquido de caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários. (x) Exigível total corresponde ao somatório de passivo circulante e passivo não circulante. (xi) Passivo total corresponde ao somatório de passivo circulante, passivo não circulante e patrimônio líquido. (xii) Não mensurável devido às disponibilidades de curto prazo superarem o endividamento. (xiii) A dívida financeira líquida é composta por dívidas bancárias, debêntures, arrendamentos mercantis considerados como leasing financeiro deduzidos de caixa e equivalentes de caixa, títulos e valores mobiliários, caixa restrito de aplicações financeiras vinculadas a empréstimos e instrumentos derivativos. (xiv) Para a dívida bruta relativa às Senior Note due 2029, conforme descrito no item (i), inclui o saldo da obrigação de recompra de participação societária em controlada. Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia e suas controladas estavam cumprindo todas as cláusulas restritivas financeiras e não financeiras. Os termos dos empréstimos incluem previsões para cross-default. Contratos de dívidas com cláusulas de ESG: Rumo: O Senior Notes 2028 foi a primeira emissão Green do setor de ferrovias de carga na América Latina. A controlada tem o compromisso de utilizar os recursos no financiamento total ou parcial de projetos em andamento e futuros, que contribuem para a promoção de um setor de transporte de baixa emissão de carbono e com uso eficiente de recursos no Brasil. Os projetos elegíveis estão distribuídos nas áreas de “Aquisição, substituição e atualização de material rodante”, “Infraestrutura para duplicação de trechos ferroviários, novos pátios e extensões de pátios”, e “Modernização da ferrovia”. O Senior Notes 2032 foi uma emissão em Sustainability-Linked Bonds (SLBs), com a seguinte meta sustentável: redução de 17,6% das toneladas de emissões diretas de gases de efeito estufa por quilômetro útil (TKU) até 2026, tendo como referência o ano de 2020. A controlada está sujeita ao step-up de 25 basis points a partir de julho de 2027 caso não atinja essa meta, o que aumentaria a taxa de juros para 4,45% a.a. A 2ª Debênture da Malha Paulista está atrelada a meta sustentável da redução de emissões de gases de efeitos estufa por tonelada de quilômetro útil (TKU) em 15% até 2023, tendo como ponto de partida a data-base de dezembro de 2019. O cumprimento da condição para step-down de taxa foi verificado a partir do Relatório Anual de Sustentabilidade da Rumo (“RAS”), assim sendo, a controlada foi beneficiada com step-down de 25 basis points, tornando o custo da 2ª série em IPCA + 4,52%. A 17ª Debênture da Rumo S.A. está atrelada a meta sustentável da redução de (i) 17,6% das toneladas de emissões diretas de gases de efeito estufa por quilômetro útil (TKU) até 2026; e (ii) 21,6% até 2030, tendo como referência o ano de 2020. A controlada está sujeita ao step-up de 25 basis points na 1ª série e 20 basis points na 2ª série caso não seja atingido o SKPI em 2026 e acréscimo de 5 basis points na 2ª série caso não seja atingido o SKPI em 2030. Compass: Em 1º de novembro de 2023, a controlada Compass emitiu debêntures simples, não conversíveis e quirográficas, no montante de R\$ 1.736.385. A remuneração semestral dessas debêntures é equivalente a CDI + 1,55% a.a., com vencimentos em 1º de novembro de 2029 (50%) e 1º de novembro de 2030. Os recursos obtidos com a emissão serão destinados a investimentos e reforço de capital de giro da Compass. Esta 2ª emissão de debêntures está atrelada a metas ESG de: (i) Volume distribuído de Biometano (milhares de m³): Aumentar em 250 vezes o volume diário distribuído em 2022 até 2027, alcançando 0,25 milhões de m³ por dia. (ii) Diversidade em Cargos de Liderança: Alcançar 47% de pessoas em cargos de liderança compostas por Grupos de Diversidade até 2027. Caso uma ou ambas as metas não sejam atingidas, a Compass sofrerá um step-up de 12,5 basis points para cada meta não atingida, o que aumentaria a taxa a partir de abril de 2028 (data de verificação) para até CDI + 1,80% a.a. A controlada Compass efetuou avaliação em 31 de dezembro de 2025 e não identificou indícios sobre esse aspecto, pois as metas foram atingidas. Até a data de emissão destas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, não há descumprimento, por parte da Companhia e suas controladas, das cláusulas contratuais relacionadas às dívidas vinculadas a metas ESG. 5.2 Caixa e equivalentes de caixa: Política contábil: Caixa e equivalentes de caixa compreendem saldos de caixa, depósitos à vista e aplicações financeiras de alta liquidez com prazo original de vencimento de até três meses, contados a partir da data de aquisição, que estão sujeitos a risco insignificante de variação de valor e são mantidos com o propósito de atender às necessidades de caixa da Companhia no curto prazo. Aplicações em fundos de investimento são classificadas como caixa e equivalentes de caixa quando atendem cumulativamente aos seguintes critérios: (i) possuem alta liquidez; (ii) têm prazo de resgate imediato ou muito curto (até 90 dias); (iii) são facilmente conversíveis em montante conhecido de caixa; e (iv) estão sujeitas a risco insignificante de variação de valor. Tais fundos normalmente são referenciados na taxa CDI (Certificado de Depósito Interbancário). Todos os saldos classificados como caixa e equivalentes de caixa são mensurados pelo valor nominal, que não difere materialmente do custo amortizado ou do valor justo em razão do curto prazo de vencimento desses ativos. Aplicações financeiras que não atendem aos critérios acima são classificadas como ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado.

		Controladora	Consolidado		
		31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Bancos conta movimento		269.333	414	412.340	958.738
Conta remunerada		36.083	48.831	986.011	485.393
Aplicações financeiras		15.077.889	2.152.022	25.845.332	15.459.411
Total		15.383.305	2.201.267	27.243.683	16.903.542

As aplicações financeiras são compostas da seguinte forma:

		Controladora	Consolidado		
		31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Operações compromissadas ⁽ⁱ⁾		7.687	400.251	410.172	1.493.278
Certificado de depósitos bancários - CDB		14.360	586.027	964.949	604.398
Outras aplicações		–	–	1.150.547	24.766
		22.047	986.278	2.525.668	2.122.442

Aplicações em bancos

Operações compromissadas	–	–	127.577	236.101
Certificado de depósitos bancários - CDB	15.055.842	1.165.549	23.192.087	12.102.078
Outras aplicações	–	195	–	998.790
	15.055.842	1.165.744	23.319.664	13.336.969
Total	15.077.889	2.152.022	25.845.332	15.459.411

(i) Operações compromissadas da Controladora estão alocadas no fundo WG Renda Fixo Crédito Privado Fundo de Investimento (“WG”), o qual foi constituído sob a forma de condomínio aberto e é gerido pelo Itaú Unibanco Asset Management Ltda. (“Itaú Asset”). A carteira do fundo é composta majoritariamente por aplicações em títulos públicos e operações compromissadas lastreadas em títulos públicos federais. As aplicações financeiras onshore da Controladora são remuneradas a taxas próximas de 101% da taxa de oferta interbancária brasileira (Certificado de Depósito Interbancário, ou “CDI”), em 31 de dezembro de 2025 e 100% em 31 de dezembro de 2024. As aplicações financeiras offshore são remuneradas em taxas de mercado de Instituições Bancárias. Apresentamos a análise de sensibilidade dos riscos de taxa de juros na Nota 5.12. 5.3 Títulos e valores mobiliários: Política contábil: Os títulos e valores mobiliários classificados como ativos financeiros mensurados a valor justo por meio do resultado compreendem instrumentos patrimoniais (ações, cotas de fundos de investimento e outros instrumentos de capital) cujo valor justo é prontamente determinável, seja por negociação em mercado organizado (B3) ou pela disponibilidade de preços de mercado observáveis para ativos similares. O caixa restrito compreende valores constituídos como garantias contratuais ou destinados a outras finalidades específicas que restringem sua utilização imediata para as operações correntes da Companhia. Esses saldos são classificados e mensurados ao custo amortizado. Os investimentos em títulos e valores mobiliários possuem prazos de vencimento originais que variam entre dois e cinco anos. Embora esses títulos possuam elevada liquidez no mercado secundário, também podem ser resgatados antecipadamente e estão sujeitos a um risco insignificante de alteração de valor.

		Controladora	Consolidado		
		31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Investimentos financeiros em entidades listadas		307.177	–	307.177	–
Ativos financeiros patrimoniais ⁽ⁱ⁾		23.211	805.335	2.580.460	3.114.578
Certificado de depósitos bancários - CDB		–	–	7.951	158.363
Fundos ESG		–	–	97.005	113.360
		330.388	805.335	2.992.593	3.386.301
Circulante		23.211	805.335	2.588.411	3.272.941
Não circulante		307.177	–	404.182	113.360
Total		330.388	805.335	2.992.593	3.386.301

(i) Os títulos de dívida soberana declararam juros ligados ao Sistema Especial de Liquidação e de Custódia, ou “SELIC”, com a rentabilidade de aproximadamente 100% do CDI. 5.4 Empréstimos, financiamentos e debêntures: Política contábil: Classificação e mensuração: Empréstimos, financiamentos e debêntures são reconhecidos inicialmente ao valor justo, líquido dos custos de transação, e subsequentemente mensurados ao custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetiva, exceto quando: (i) designados como hedge de valor justo (fair value hedge) no âmbito de relação de hedge documentada; ou (ii)

(i) A dívida líquida consiste no saldo de empréstimos, financiamentos e debêntures (“Dívida Bruta”), líquida de caixa e equivalentes de caixa,

títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos sobre dívida. (ii) Corresponde ao EBITDA acumulado dos últimos doze meses. (iii) Dívida líquida e EBITDA pro forma, incluindo o equivalente a 50% das informações financeiras de joint venture conforme determinado nos contratos. O EBITDA pro forma corresponde ao período acumulado dos últimos 12 meses. Para os covenants das Senior Notes, são excluídos os valores das controladas irrestitas. (iv) O resultado financeiro da dívida líquida é representado pelo custo da dívida líquida. (v) As debêntures 11ª, 12ª, 13ª e 14ª emissões possuem covenant contratual de alavancagem limitada a 3,0x. Contudo, elas possuem um consentimento prévio (waiver) que permite à emissora extrapolar esse índice até o limite de 3,5x até 31 de dezembro de 2027. (vi) Índice de Cobertura de Juros (“ICJ”). (vii) Índice de Cobertura do Serviço da Dívida (“ICSD”). (viii) A dívida líquida consiste no saldo de endividamento circulante e não circulante, líquido de caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários. (ix) A dívida líquida consiste no saldo de endividamento circulante e não circulante, incluindo o saldo líquido de operações de derivativos, líquido de caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários. (x) Exigível total corresponde ao somatório de passivo circulante e passivo não circulante. (xi) Passivo total corresponde ao somatório de passivo circulante, passivo não circulante e patrimônio líquido. (xii) Não mensurável devido às disponibilidades de curto prazo superarem o endividamento. (xiii) A dívida financeira líquida é composta por dívidas bancárias, debêntures, arrendamentos mercantis considerados como leasing financeiro deduzidos de caixa e equivalentes de caixa, títulos e valores mobiliários, caixa restrito de aplicações financeiras vinculadas a empréstimos e instrumentos derivativos. (xiv) Para a dívida bruta relativa à Senior Note due 2029, conforme descrito no item (i), inclui o saldo da obrigação de recompra de participação societária em controlada. Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia e suas controladas estavam cumprindo todas as cláusulas restritivas financeiras e não financeiras. Os termos dos empréstimos incluem previsões para cross-default. Contratos de dívidas com cláusulas de ESG: Rumo: O Senior Notes 2028 foi a primeira emissão Green do setor de ferrovias de carga na América Latina. A controlada tem o compromisso de utilizar os recursos no financiamento total ou parcial de projetos em andamento e futuros, que contribuam para a promoção de um setor de transporte de baixa emissão de carbono e com uso eficiente de recursos no Brasil. Os projetos elegíveis estão distribuídos nas áreas de “Aquisição, substituição e atualização de material rodante”, “Infraestrutura para duplicação de trechos ferroviários, novos pátios e extensões de pátios”, e “Modernização da ferrovia”. O Senior Notes 2032 foi uma emissão em Sustainability-Linked Bonds (SLBs), com a seguinte meta sustentável: redução de 17,6% das toneladas de emissões diretas de gases de efeito estufa por quilômetro útil (TKU) até 2026, tendo como referência o ano de 2020. A controlada está sujeita ao step-up de 25 basis points a partir de julho de 2027 caso não atinja essa meta, o que aumentaria a taxa de juros para 4,45% a.a. A 2ª Debênture da Malha Paulista está atrelada a meta sustentável da redução de emissões de gases de efeito estufa por tonelada de quilômetro útil (TKU) em 15% até 2023, tendo como ponto de partida a data-base de dezembro de 2019. O cumprimento da condição para step-down de taxa foi verificado a partir do Relatório Anual de Sustentabilidade da Rumo (“RAS”), assim sendo, a controlada foi beneficiada com step-down de 25 basis points, tornando o custo da 2ª série em IPCA + 4,52%. A 17ª Debênture da Rumo S.A. está atrelada a meta sustentável da redução de (i) 17,6% das toneladas de emissões diretas de gases de efeito estufa por quilômetro útil (TKU) até 2026; e (ii) 21,6% até 2030, tendo como referência o ano de 2020. A controlada está sujeita ao step-up de 25 basis points na 1ª série e 20 basis points na 2ª série caso não seja atingido o SKPI em 2026 e acréscimo de 5 basis points na 2ª série caso não seja atingido o SKPI em 2030. Compass: Em 1º de novembro de 2023, a controlada Compass emitiu debêntures simples, não conversíveis e quirográficas, no montante de R\$ 1.736.385. A remuneração semestral dessas debêntures é equivalente a CDI + 1,55% a.a., com vencimentos em 1º de novembro de 2029 (50%) e 1º de novembro de 2030. Os recursos obtidos com a emissão serão destinados a investimentos e reforço de capital de giro da Compass. Esta 2ª emissão de debêntures está atrelada a metas ESG de: (i) Volume distribuído de Biometano (milhares de m³): Aumentar em 250 vezes o volume diário distribuído em 2022 até 2027, alcançando 0,25 milhões de m³ por dia. (ii) Diversidade em Cargos de Liderança: Alcançar 47% de pessoas em cargos de liderança compostas por Grupos de Diversidade até 2027. Caso uma ou ambas as metas não sejam atingidas, a Compass sofrerá um step-up de 12,5 basis points para cada meta não atingida, o que aumentaria a taxa a partir de abril de 2028 (data de verificação) para até CDI + 1,80% a.a. A controlada Compass efetuou avaliação em 31 de dezembro de 2025 e não identificou indícios sobre esse aspecto, pois as metas foram atingidas. Até a data de emissão destas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, não há descumprimento, por parte da Companhia e suas controladas, das cláusulas contratuais relacionadas às dívidas vinculadas a metas ESG. 5.2 Caixa e equivalentes de caixa: Política contábil: Caixa e equivalentes de caixa compreendem saldos de caixa, depósitos à vista e aplicações financeiras de alta liquidez com prazo original de vencimento de até três meses, contados a partir da data de aquisição, que estão sujeitos a risco insignificante de variação de valor e são mantidos com o propósito de atender às necessidades de caixa da Companhia no curto prazo. Aplicações em fundos de investimento são classificadas como caixa e equivalentes de caixa quando atendem cumulativamente aos seguintes critérios: (i) possuem alta liquidez; (ii) têm prazo de resgate imediato ou muito curto (até 90 dias); (iii) são facilmente conversíveis em montante conhecido de caixa; e (iv) estão sujeitas a risco insignificante de variação de valor. Tais fundos normalmente são referenciados na taxa CDI (Certificado de Depósito Interbancário). Todos os saldos classificados como caixa e equivalentes de caixa são mensurados pelo valor nominal, que não difere materialmente do custo amortizado ou do valor justo em razão do curto prazo de vencimento desses ativos. Aplicações financeiras que não atendem aos critérios acima são classificadas como ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado.

Controladora		Consolidado	
31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Bancos conta movimento	269.333	414	412.340
Conta remunerada	36.083	48.831	986.011
Aplicações financeiras	15.077.889	2.152.022	25.845.332
Total	15.383.305	2.201.267	27.243.683
			16.903.542

As aplicações financeiras são compostas da seguinte forma:

→A continuação

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras da Cosan S.A. (Em milhares de reais, exceto se de outra forma indicado)

As taxas efetivas das dívidas com derivativos associados estão discriminadas na Nota Explicativa 5.6. Para cálculo das taxas médias ponderadas, foi utilizada a curva de juros de mercado vigente em 31 de dezembro de 2025, com base anualizada. Todas as dívidas com vencimento determinado e denominadas em moeda estrangeira possuem cobertura cambial por meio de derivativos (Nota Explicativa 5.6), exceto o principal dos *Perpetual Notes*, que, por definição, não possuem vencimento contratual determinado. Os empréstimos, financiamentos e debêntures classificados como passivo não circulante apresentam o seguinte perfil de vencimento:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
1 a 2 anos	93.375	-	5.447.990	2.552.535
2 a 3 anos	3.637.693	350.462	10.633.687	7.551.156
3 a 4 anos	5.765.819	5.178.676	9.318.837	10.000.615
4 a 5 anos	2.659.260	4.501.383	8.465.402	12.429.311
5 a 6 anos	1.661.134	4.011.417	4.706.090	7.948.395
6 a 7 anos	1.107.222	5.371.352	4.533.240	6.100.666
7 a 8 anos	241.190	607.712	2.469.320	6.421.275
Acima de 8 anos	741.331	982.521	14.733.845	9.048.325
Total	15.907.024	21.003.523	60.308.411	62.052.278

b) Movimentação:

	Controladora	Consolidado
Saldo em 1º de janeiro de 2024	13.496.324	56.904.654
Captação	6.911.676	16.983.225
Amortização de principal	(1.160.058)	(12.187.560)
Pagamento de juros	(1.697.950)	(4.759.976)
Juros sobre obras em andamento	-	(128.520)
Aquisição de controladas	-	285.033
Juros, variação cambial e valor justo	3.800.563	9.358.570
Saldo em 31 de dezembro de 2024	21.350.555	66.455.426
Captação	2.427.312	11.546.508
Amortização de principal	(7.148.782)	(14.293.953)
Pagamento de juros	(1.676.686)	(4.732.362)
Juros sobre obras em andamento	-	(120.575)
Aquisição de controladas (Nota 9.2)	-	(77.002)
Juros, variação cambial e valor justo	1.435.992	5.449.089
Saldo em 31 de dezembro de 2025	16.388.391	64.227.131

c) Garantias: A controlada Rumo mantém contratos de financiamento com instituições de fomento destinados a investimentos em infraestrutura, garantidos por: • Fiança bancária, com um custo médio de 0,56% ao ano; ou • Garantias reais com alienação fiduciária de bens (ativos imobilizados) no montante de R\$ 1.390.404. Em 31 de dezembro de 2025, o saldo das fianças bancárias contratadas foi de R\$ 2.563.286 (R\$ 2.655.231 em 31 de dezembro de 2024). A Moove mantém garantias prestadas por instituições financeiras de primeira linha para obrigações perante terceiros, com custo médio anual de 3,90%. Em 31 de dezembro de 2025 nenhum dos empréstimos possuía garantias contratadas (R\$ 16.061 em 31 de dezembro de 2024). O total consolidado de empréstimos com garantias foi de R\$ 6.930.423 (R\$ 5.553.645 em 31 de dezembro de 2024). A Cosan não possui empréstimos com garantias reais ou fianças. **d) Linhas de crédito não utilizadas:** Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia e suas controladas dispunham de linhas de crédito não utilizada junto a instituições financeiras no montante de R\$ 1.133.276 (R\$ 1.510.231 em 31 de dezembro de 2024). A utilização dessas linhas está condicionada ao cumprimento de *covenants* e demais condições contratuais estabelecidas pelos credores. **e) Compensação de ativos e passivos financeiros:** A Companhia aplica compensação (*set-off*) no balanço patrimonial somente quando atendidos cumulativamente os seguintes critérios: • Existência de direito legal incondicional de compensar valores reconhecíveis; e • Intenção e prática de liquidar as posições de forma líquida ou simultânea. Nas operações estruturadas com *total return swap* (“TRS”) associado a emissões de debêntures, *time deposits* vinculados a *Loan 4.131* e *credit linked notes* (“CLNs”) atrelados a Notas de Crédito de Exportação (“NCEs”), a compensação é aplicada exclusivamente quando os contratos estabelecem mecanismo de liquidação líquida automática (*net settlement*) e as posições são mantidas com a mesma contraparte. Nessas situações específicas, os saldos são apresentados líquidos no balanço patrimonial, com os efeitos reconhecidos diretamente no resultado.

	Segmento	31/12/2025	31/12/2024
Ativos			
Credit Linked Notes	Rumo	5.627.660	6.334.168
Time deposit	Cosan Corporativo	-	3.718.105
TRS	Cosan Corporativo	3.359.856	5.640.466
Total		8.987.516	15.692.739
Passivos			
NCEs	Rumo	(5.627.660)	(6.334.168)
Loan 4.131 ⁽ⁱ⁾	Cosan Corporativo	-	(3.718.105)
Debêntures ⁽ⁱⁱ⁾	Cosan Corporativo	(3.359.856)	(5.640.466)
Total		(8.987.516)	(15.692.739)

Saldo Líquido

(i) O saldo do *Loan 4.131* foi liquidado conforme mencionado na Nota 2.2. (ii) O saldo de Debêntures foi liquidado em Janeiro de 2026.

5.5 Passivos de arrendamento: Política contábil: Na data de início do arrendamento, a Companhia avalia se o contrato é, ou contém, um arrendamento. O passivo de arrendamento é reconhecido inicialmente pelo valor presente dos pagamentos não efetuados na data de início, descontados pela taxa de juros implícita no arrendamento ou, quando esta não puder ser determinada de forma prática, pela taxa de empréstimo incremental da Companhia. Na ausência de taxa implícita determinável, a Companhia utiliza sistematicamente sua taxa de empréstimo incremental como taxa de desconto. Os pagamentos de arrendamento incluídos na mensuração inicial do passivo compreendem: • Pagamentos fixos, incluindo pagamentos que são fixos em essência; • Pagamentos variáveis baseados em índice ou taxa, mensurados inicialmente com base no índice ou taxa vigente na data de início; • Valores esperados a serem pagos pelo locatário decorrentes de garantias de valor residual; e • O preço de exercício de opção de compra, quando o locatário estiver razoavelmente certo de exercê-la, e multas por rescisão contratual, quando o prazo do arrendamento reflita a não intenção de rescisão pelo locatário. Para determinação da taxa de empréstimo incremental, a Companhia adota a seguinte metodologia: • Quando disponível, utiliza financiamento de terceiros recentemente obtido como referência inicial, ajustado para refletir alterações nas condições de mercado desde a contratação; • Para arrendamentos sem financiamento comparável recente, aplica abordagem de acumulação iniciada com taxa livre de risco, ajustada pelo spread de risco de crédito da Companhia; e • Realiza ajustes específicos conforme características do arrendamento: prazo, jurisdição, moeda funcional e existência de garantias reais. A taxa de empréstimo incremental (nominal) utilizada pela Companhia e suas controladas foi determinada com base em taxas de mercado ajustadas à moeda funcional e aos prazos contratuais específicos de cada operação. As taxas aplicadas variaram entre 4,25% e 13,73% ao ano, conforme prazo e moeda de cada contrato. Dois ou mais contratos de arrendamento são agrupados para fins de mensuração quando atendidas cumulativamente as seguintes condições: • Celebrados com a mesma contraparte ou parte relacionada; • Firmados em datas próximas; e • Possuírem obrigações contratuais interdependentes ou direitos de uso que constituam, em conjunto, um único componente econômico do arrendamento. Os pagamentos variáveis de arrendamento não baseados em índice ou taxa são reconhecidos como despesa no período em que o evento gerador ocorre. A Companhia está exposta a aumentos futuros nos pagamentos variáveis indexados, os quais não são incorporados ao passivo até sua efetiva vigência. Quando ajustes indexados entram em vigor, o passivo de arrendamento é reavaliado pelo valor presente dos novos pagamentos utilizando a taxa de desconto original, com o ajuste correspondente reconhecido no ativo de direito de uso. Os pagamentos de arrendamento são alocados entre redução do passivo principal e encargos financeiros. Os encargos financeiros são reconhecidos em outras receitas (despesas) financeiras. Arrendamentos de curto prazo (prazo máximo de 12 meses) e arrendamentos de ativos de valor reduzido são reconhecidos como despesa pelo método linear ao longo do prazo contratual, sem reconhecimento de ativo e passivo de arrendamento. Ativos de valor reduzido incluem equipamentos de tecnologia da informação e mobiliário de escritório de baixo valor unitário. Na determinação do prazo do arrendamento, a Companhia avalia todos os fatos e circunstâncias que criem incentivo econômico relevante para o exercício de opções de prorrogação ou não exercício de opções de rescisão. Opções de extensão são incluídas no prazo do arrendamento apenas quando o locatário estiver razoavelmente certo de exercê-las. Para arrendamentos de armazéns e equipamentos, os seguintes fatores são considerados determinantes para avaliação da probabilidade de extensão: • Existência de penalidades contratuais significativas para rescisão antecipada; • Expectativa de valor residual relevante de benfeitorias realizadas no imóvel arrendado; e • Custos operacionais de substituição do ativo e histórico de renovação de contratos similares. A maioria das opções de extensão em arrendamentos de escritórios e veículos não foi incorporada ao prazo do arrendamento, pois a substituição desses ativos pode ser realizada sem custos significativos ou interrupção material das operações. A mensuração subsequente do passivo de arrendamento é realizada pelo custo amortizado, utilizando a taxa implícita no contrato de arrendamento ou taxa incremental sobre o empréstimo do arrendatário. O passivo é reavaliado quando ocorrem: • Alterações nos pagamentos futuros decorrentes de revisão de índices ou taxas; • Mudanças na expectativa de pagamentos relacionados a garantias de valor residual; • Revisão da avaliação sobre o exercício de opções contratuais (compra, prorrogação ou rescisão); ou • Modificação contratual que altere substancialmente os pagamentos essencialmente fixos.

★ continuação		Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras da Cosan S.A. (Em milhares de reais, exceto se de outra forma indicado)					
		Indexador	Nocional	Valor contábil			
				31/12/2025	31/12/2024		
Risco de câmbio							
Instrumentos derivativos							
PPE - BofA (Moove)		CDI + 0,79%	100.000	10.069	66.125		
NCE - CITI (Moove)		CDI + 0,60%	50.000	(9.119)	42.006		
NCE - HSBC (Moove)		CDI + 0,50%	50.000	(2.295)	–		
Swap Senior Notes 2027 (Cosan Lux)		BRL + 114,66% CDI	–	–	217.523		
Swap de câmbio e juros (Rumo)		BRL + 108% CDI	12.685	6.000	12.253		
Scotiabank 2022 (Compass)		CDI + 1,20%	–	–	95.971		
Scotiabank 2023 (Compass)		CDI + 1,30%	749.310	69.736	169.185		
BNP Paribas 2024 (Compass)		CDI + 1,30%	–	–	55.805		
Total				74.391	658.868		
Risco de juros e inflação							
Instrumentos derivativos							
BNDES Projetos VI e VII (Compass)		87,50% CDI	78.110	(3.048)	(3.332)		
BNDES Projeto VIII (Compass)		82,94% CDI	616.366	(42.744)	(39.834)		
BNDES Projeto IX (Compass)		98,90% CDI	540.992	33.502	1.394		
BNDES Projeto IX - Sub A (Compass)		95,55% CDI	292.893	1.745	(14.383)		
BNDES Projeto IX - Sub A (Compass)		92,35% CDI	188.050	783	(8.929)		
BNDES Projeto IX - Sub B (Compass)		98,49% CDI	301.483	1.149	(15.994)		
4ª emissão - 3ª Série (Compass)		112,49% CDI	–	–	3.203		
9ª emissão - 1ª Série (Compass)		109,20% CDI	500.000	37.108	5.192		
9ª emissão - 2ª Série (Compass)		110,60% CDI	500.000	(7.512)	(39.535)		
11ª emissão - 1ª Série (Compass)		100,45% CDI	750.000	(37.594)	(71.755)		
11ª emissão - 2ª Série (Compass)		99,70% CDI	750.000	(48.653)	(84.963)		
12ª emissão - Série única (Compass)		95,66% CDI	600.000	44.360	10.424		
2ª emissão - Série única (Compass)		97,40% CDI	800.000	(14.363)	–		
Debêntures (Rumo)		107% CDI	60.000	24.126	60.419		
Debêntures (Rumo)		103% CDI	600.000	179.919	130.505		
Total				168.778	(67.588)		
c) Hedge de fluxo de caixa: Compass: A controlada indireta Edge Comercialização S.A. (“Edge”) realizou operações de venda de gás natural com preços indexados ao Brent. Para mitigar a exposição à volatilidade desse indexador, a Edge designou formalmente tais contratos como relações de <i>hedge</i> de fluxo de caixa (<i>cash flow hedge</i>). A controlada indireta Terminal de Regaseificação de GNL de São Paulo (“TRSP”) adotou a contabilidade de <i>hedge</i> para se proteger contra a variabilidade de caixa decorrente do risco cambial. A estratégia consiste em utilizar um passivo de arrendamento em dólares, já contratado, como proteção para receitas futuras altamente prováveis, também em dólares, projetados para um horizonte de 20 anos, com vencimento em 2043. Os ganhos e perdas efetivos de <i>hedge</i> são reconhecidos inicialmente em outros resultados abrangentes e reclassificados para o resultado do exercício quando os fluxos de caixa <i>hedged</i> ocorrerem efetivamente. Rumo: Com o objetivo de mitigar os efeitos da volatilidade cambial sobre os fluxos de caixa futuros altamente prováveis, a controlada Rumo contratou instrumentos financeiros derivativos, na forma de <i>swaps</i> cambiais, e efetuou a designação de <i>hedge</i> de fluxo de caixa. A relação de <i>hedge</i> foi documentada no início da operação, com demonstração de eficácia prospectiva e avaliação retrospectiva subsequente. Os efeitos do <i>hedge</i> são reconhecidos no patrimônio líquido, em “Outros Resultados Abrangentes”, e reclassificados para o resultado do período quando os fluxos de caixa <i>hedged</i> ocorrerem efetivamente. O impacto dos itens protegidos por <i>hedge</i> no balanço patrimonial é apresentado abaixo:							
		Controlada	Risco	Unidade	Nocional	31/12/2025	31/12/2024
Futuro		Edge	Preço	BRL	2.596	(4.654)	–
Arrendamentos		TRSP	Câmbio	BRL	3.409.281	(208.509)	(446.224)
Swap de câmbio e juros		Rumo	Câmbio	BRL	1.044.127	(109.510)	–
Total						(322.673)	(446.224)
(–) Tributos diferidos						109.709	151.716
O efeito do hedge de fluxo de caixa na demonstração do resultado e em outros resultados abrangentes é demonstrada abaixo:							
			Realizações	Inefetividade			
					Resultado	Saldo em 31 de	
					financeiro	dezembro de 2025	
Instrumento financeiro		Controlada	Saldo em 1º de janeiro de 2025	Designações	Receita	Custo	Saldo em 31 de dezembro de 2025
NDF de commodities		Edge	–	(17.742)	–	9.027	(4.654)
Arrendamentos		TRSP	(446.224)	224.319	11.666	–	(208.509)
Swap de câmbio e juros		Rumo	–	(169.196)	–	59.686	–
Total			(446.224)	37.381	11.666	68.713	5.791
							(322.673)
As fontes de inefetividade na contabilização de <i>hedge</i> , embora historicamente imateriais, podem decorrer dos seguintes fatores: 1. Desalinhamentos temporais entre os fluxos de caixa dos itens protegidos e dos instrumentos de <i>hedge</i> ; 2. Uso de índices de referência distintos, resultando em curvas de risco diferenciadas entre os itens protegidos e os instrumentos de <i>hedge</i> ; 3. Efeitos distintos do risco de crédito das contrapartes e da própria entidade na variação do valor justo dos instrumentos de <i>hedge</i> e dos itens protegidos; 4. Mudanças nas projeções dos fluxos de caixa esperados dos itens protegidos e dos instrumentos de <i>hedge</i> . A Companhia monitora continuamente as fontes de inefetividade, utilizando análises quantitativas e qualitativas para avaliar os impactos no valor justo e na eficácia do <i>hedge</i> . Essas práticas estão alinhadas com as políticas contábeis e de tesouraria. 5.7 Contas a receber de clientes: Política contábil: As contas a receber de clientes são reconhecidas quando a Cosan tem direito incondicional a contraprestação pela transferência de bens ou serviços ao cliente (direito a contraprestação incondicional). São mensuradas inicialmente ao valor justo da contraprestação a receber, geralmente equivalente ao valor da transação, ajustado por: • Descontos comerciais concedidos; • Devoluções esperadas (direito de devolução do cliente); • Componentes de financiamento significativos (ajuste pelo valor presente quando o prazo de pagamento excede 12 meses. Após o reconhecimento inicial, as contas a receber são mensuradas pelo custo amortizado aplicando o método da taxa efetiva de juros. Perdas de crédito esperadas (Expected Credit Losses - ECL) A Companhia reconhece provisão para perdas de crédito esperadas utilizando abordagem de perdas esperadas em estágios: • Estágio 1: Contas a receber com risco de crédito não aumentado significativamente desde o reconhecimento inicial - provisão calculada com base nas perdas de crédito esperadas nos próximos 12 meses; • Estágios 2 e 3: Contas a receber com risco de crédito aumentado significativamente ou em inadimplência - provisão calculada com base nas perdas de crédito esperadas durante toda a vida útil remanescente do ativo. Os recebíveis são agrupados em <i>pools</i> homogêneos com base em características de risco de crédito similares (segmento de cliente, prazo de pagamento, histórico de inadimplência e setor econômico). As taxas de perda são determinadas com base em: • Histórico observado de perdas de crédito em períodos anteriores; • Ajustes para refletir condições atuais (ex.: deterioração do setor do cliente); e • Previsões razoáveis e sustentáveis de condições econômicas futuras (ex.: PIB, taxa de desemprego, ambiente regulatório). A provisão para perdas de crédito esperadas é reconhecida como despesa de vendas.							

★ continuação

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras da Cosan S.A. (Em milhares de reais, exceto se de outra forma indicado)

que não se baseiam em dados observáveis de mercado (informações não observáveis). Ao mensurar o valor justo de um ativo ou passivo, a Companhia utiliza dados de mercado observáveis, tanto quanto possível. As técnicas de avaliação específicas utilizadas para avaliar instrumentos financeiros incluem: i. Uso de preços de mercado cotados; ii. Valor justo calculado como o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados. As estimativas de fluxos de caixa futuros de taxa flutuante são baseadas em taxas de swap cotadas, preços futuros e taxas de empréstimos interbancários. Os fluxos de caixa estimados são descontados utilizando uma curva de juros construída a partir de fontes semelhantes e que reflete a taxa interbancária de referência relevante utilizada pelos participantes do mercado para essa finalidade ao precificar swaps de taxa de juros. A estimativa do valor justo está sujeita a um ajuste de risco de crédito que reflete o risco de crédito da Companhia e de sua contraparte; este é calculado com base nos spreads de crédito derivados do swap de inadimplência de crédito atual; e iii. Para outros instrumentos financeiros, análise do fluxo de caixa descontado. Avaliadores externos podem ser envolvidos na avaliação de ativos e passivos significativos, como propriedades para investimento, ativos financeiros não cotados e contraprestação contingente. Para fins de divulgação do valor justo, a Companhia define classes de ativos e passivos com base em sua natureza, características e riscos envolvidos, bem como no nível da hierarquia do valor justo, conforme explicado anteriormente. Os saldos contábeis de ativos e passivos financeiros de curto prazo não diferem significativamente de seu valor justo. Os valores contábeis e o valor justo dos ativos e passivos consolidados são os seguintes:

	Saldo contábil		Ativos e passivos mensurados ao valor justo						
	Nota	31/12/2025		31/12/2025		31/12/2024		31/12/2024	
		31/12/2025	31/12/2024	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Nível 1	Nível 2	Nível 3
Ativos									
Aplicações em fundos de investimento	5.2	2.525.668	2.122.442	–	2.525.668	–	–	2.122.442	
Títulos e valores mobiliários	5.3	2.992.593	3.386.301	307.177	2.685.416	–	–	3.386.301	
Outros ativos financeiros		5.805	4.495	5.805	–	–	4.495	–	
Propriedades para investimentos ⁽ⁱ⁾	11.5	18.221.781	16.818.919	–	–	18.221.781	–	16.818.919	
Instrumentos financeiros derivativos	5.6	2.267.108	3.799.328	–	2.267.108	–	–	3.799.328	
Total		26.012.955	26.131.485	312.982	7.478.192	18.221.781	4.495	9.308.071	
Passivos									
Empréstimos, financiamentos e debêntures	5.4	(64.227.131)	(66.455.426)	–	(64.136.362)	–	–	(28.294.034)	
Instrumentos financeiros derivativos	5.6	(2.680.669)	(3.470.204)	–	(2.680.669)	–	–	(3.470.204)	
Outras contas a pagar ⁽ⁱⁱ⁾		(11.854)	(12.362)	–	–	(11.854)	–	(12.362)	
Total		(66.919.654)	(69.937.992)	–	(66.817.031)	(11.854)	–	(31.764.238)	

(i) O valor justo das propriedades para investimento foi determinado com base no método comparativo direto de dados de mercado aplicado a transações com propriedades semelhantes (tipo, localização e qualidade da propriedade) e, em certa medida, baseado em cotações de venda para potenciais transações com ativos comparáveis (nível 3). A metodologia utilizada na determinação do valor justo leva em consideração comparações diretas de informações de mercado, tais como pesquisas de mercado, homogeneização de valores, preços no mercado à vista, vendas, distâncias, instalações, acesso à terra, topografia e solo, uso da terra (tipo de cultura) e nível pluviométrico, entre outros dados, em consonância com as normas emitidas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas (“ABNT”). A taxa de desconto utilizada foi de 9,25% a.a. em 31 de dezembro de 2025 (6,06% a.a. a 10,40% a.a. em 31 de dezembro de 2024). (ii) Refere-se à contraprestação contingente (*earn-out*) negociada no processo de aquisição da subsidiária indireta Biometano Verde Paulínia, mensurada a valor justo por meio de técnica de avaliação baseada no valor presente dos fluxos de caixa esperados. A mensuração considera a atualização monetária prevista contratualmente. Para as dívidas que possuem valor de mercado cotado na Bolsa de Valores de Luxemburgo (*Luxembourg Stock Exchange*, ou “LuxSE”), a mensuração do valor justo se baseia no preço de mercado cotado da seguinte forma:

	Empresa	31/12/2025	31/12/2024
	Rumo Luxembourg S.à r.l.	99,98%	97,32%
	Rumo Luxembourg S.à r.l.	92,04%	84,30%
	Cosan Luxembourg S.A.	–	99,63%

(i) A dívida foi liquidada em 14 de março de 2025. Para maiores informações, consulte a Nota 2.2.2.

5.12 Gestão de risco financeiro: Esta nota explana a exposição a riscos financeiros e como esses riscos podem afetar o desempenho financeiro futuro do grupo. As informações de lucros e perdas do ano atual foram incluídas, quando relevante, para adicionar mais contexto.

Risco	Exposição	Mensuração	Gestão
Risco de mercado - câmbio	i. Transações comerciais futuras. ii. Ativos e passivos financeiros reconhecidos não denominados em reais.	i. Fluxo de caixa futuro. ii. Análise de sensibilidade.	Moeda estrangeira.
Risco de mercado - juros	Caixa e equivalentes de caixa, títulos e valores mobiliários, empréstimos, financiamentos e debêntures, arrendamentos e instrumentos financeiros derivativos.	Análise de sensibilidade.	Swap de taxa de juros.
Risco de mercado - preço	i. Transações comerciais futuras. ii. Investimento em valores mobiliários.	i. Fluxo de caixa projetado. ii. Análise de sensibilidade.	i. Preço futuro de <i>commodity</i> . ii. Derivativo de proteção para valorização e desvalorização das ações.
Risco de crédito	Caixa e equivalentes de caixa, títulos e valores mobiliários, contas a receber, derivativos, contas a receber de partes relacionadas, dividendos e propriedades para investimentos.	i. Análise por vencimento. ii. <i>Ratings</i> de crédito.	Disponibilidades e linhas de crédito.
Risco de liquidez	Empréstimos, financiamentos e debêntures, contas a pagar a fornecedores, outros passivos financeiros, REFFIS, arrendamentos, derivativos, contas a pagar a partes relacionadas e dividendos.	Fluxo de caixa futuro.	Disponibilidades e linhas de crédito.

A Administração da Companhia identifica, avalia e protege os riscos financeiros em estreita cooperação com as unidades operacionais. O Conselho de Administração fornece princípios escritos para o gerenciamento de risco global, bem como políticas que cobrem áreas específicas, como risco cambial, risco de taxa de juros, risco de crédito, uso de instrumentos financeiros derivativos e não derivativos, e investimento de excesso de liquidez. Quando todos os critérios relevantes são atendidos, a contabilidade de *hedge* é aplicada para eliminar o descasamento contábil entre o instrumento de *hedge* e o item coberto. Isso resulta no reconhecimento da despesa de juros a uma taxa de juros fixa para os empréstimos e estoques com taxa de juros flutuante protegidos, e à taxa de câmbio fixa para as compras protegidas. A Companhia pode optar pela designação formal de novas operações de dívidas para as quais possui instrumentos financeiros derivativos de proteção do tipo *swap* para troca de variação cambial e juros, mensuradas ao valor justo. A opção pelo valor justo (“*Fair Value Option*”) tem o intuito de eliminar as inconsistências no resultado decorrentes de diferenças entre os critérios de mensuração de determinados passivos e seus instrumentos de proteção. Assim, tanto os *swaps* quanto as respectivas dívidas passam a ser mensurados ao valor justo. Tal opção é irrevogável e deve ser efetuada apenas no registro contábil inicial da operação. A política da Companhia é manter uma base de capital para promover a confiança dos investidores, credores e mercado, e para garantir o desenvolvimento futuro do negócio. A Administração monitora o retorno sobre o capital para cada um de seus negócios. A utilização de instrumentos financeiros para proteção contra essas áreas de volatilidade é determinada por meio de uma análise da exposição ao risco que a Administração pretende cobrir. **a) Risco de mercado:** O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é administrar e controlar as exposições ao risco de mercado dentro de parâmetros aceitáveis, otimizando o retorno. A Companhia utiliza derivativos para gerenciar riscos de mercado. Todas essas transações são realizadas em conformidade com as diretrizes estabelecidas pelo Comitê de Gestão de Riscos. **Risco cambial:** A Companhia apresenta a seguinte exposição líquida à variação cambial dos ativos e passivos denominados em dólares norte-americanos, euros e libra esterlina, para as empresas com moeda funcional reais.

	31/12/2025	31/12/2024
Caixa e equivalentes de caixa	649.107	1.861.070
Títulos e valores mobiliários	97.005	–
Contas a receber	71.555	35.807
Fornecedores	(417.312)	(691.312)
Empréstimos, financiamentos e debêntures	(15.949.122)	(24.263.167)
Passivos de arrendamentos	(2.043.650)	(2.121.304)
Contraprestação a pagar	(195.057)	(246.256)
Instrumentos financeiros derivativos	14.851.873	22.576.441
Exposição cambial, líquida	(2.935.601)	(2.848.721)

O cenário provável considera as taxas de câmbio estimadas, no vencimento das transações, conforme apresentado a seguir:

	Risco	Provável	Cenários			
			25%	50%	(25%)	(50%)
Caixa e equivalentes de caixa	Baixa cambial	850	159.574	318.297	(157.873)	(316.597)
Títulos e valores mobiliários	Baixa cambial	(42)	24.113	48.268	(24.197)	(48.352)
Contas a receber de clientes	Baixa cambial	(23)	17.754	35.457	(18.066)	(35.813)
Fornecedores	Alta cambial	124	(103.403)	(206.380)	103.433	206.733
Empréstimos, financiamentos e debêntures	Alta cambial	6.720	(3.982.846)	(7.969.185)	3.986.877	7.973.216
Passivos de arrendamentos	Alta cambial	894	(509.795)	(1.020.484)	511.583	1.022.272
Contraprestação a pagar	Alta cambial	85	(48.658)	(97.401)	48.828	97.571
Instrumentos financeiros derivativos	Baixa cambial	119.237	3.776.424	7.625.727	(4.245.617)	(7.943.997)
Impactos no resultado antes dos impostos		127.499	(470.764)	(873.209)	8.203	561.849
Impactos no resultado abrangente		346	(196.073)	(392.492)	196.765	393.184

	31/12/2025	Provável	Cenários			
			25%	50%	(25%)	(50%)
U.S.\$	5,5024	5,5000	6,8750	8,2500	4,1250	2,7500
Euro	6,4692	6,5450	8,1813	9,8175	4,9088	3,2725
GBP	7,4112	7,5350	9,4188	11,3025	5,6513	3,7675

Risco da taxa de juros: A Companhia e suas controladas monitoram as flutuações nas taxas de juros variáveis relacionadas a seus empréstimos e utilizam instrumentos derivativos para minimizar os riscos de flutuação das taxas de juros variáveis. A seguir, é apresentada uma análise de sensibilidade sobre as taxas de juros de empréstimos e financiamentos, arrendamento, outros passivos com contrapartida aos investimentos em CDI, com aumentos e reduções de 25% e 50%, antes dos impostos:

	31/12/2025	Provável	Cenários			
			25%	50%	(25%)	(50%)
U.S.\$	5,5024	5,5000	6,8750	8,2500	4,1250	2,7500
Euro	6,4692	6,5450	8,1813	9,8175	4,9088	3,2725
GBP	7,4112	7,5350	9,4188	11,3025	5,6513	3,7675

Risco da taxa de juros: A Companhia e suas controladas monitoram as flutuações nas taxas de juros variáveis relacionadas a seus empréstimos e utilizam instrumentos derivativos para minimizar os riscos de flutuação das taxas de juros variáveis. A seguir, é apresentada uma análise de sensibilidade sobre as taxas de juros de empréstimos e financiamentos, arrendamento, outros passivos com contrapartida aos investimentos em CDI, com aumentos e reduções de 25% e 50%, antes dos impostos:

	31/12/2025	Provável	Cenários			
			25%	50%	(25%)	(50%)
U.S.\$	5,5024	5,5000	6,8750	8,2500	4,1250	2,7500
Euro	6,4692	6,5450	8,1813	9,8175	4,9088	3,2725
GBP	7,4112	7,5350	9,4188	11,3025	5,6513	3,7675

Risco da taxa de juros: A Companhia e suas controladas monitoram as flutuações nas taxas de juros variáveis relacionadas a seus empréstimos e utilizam instrumentos derivativos para minimizar os riscos de flutuação das taxas de juros variáveis. A seguir, é apresentada uma análise de sensibilidade sobre as taxas de juros de empréstimos e financiamentos, arrendamento, outros passivos com contrapartida aos investimentos em CDI, com aumentos e reduções de 25% e 50%, antes dos impostos:

	31/12/2025	Provável	Cenários			
			25%	50%	(25%)	(50%)
U.S.\$	5,5024	5,5000	6,8750	8,2500	4,1250	2,7500
Euro	6,4692	6,5450	8,1813	9,8175	4,9088	3,2725
GBP	7,4112	7,5350	9,4188	11,3025	5,6513	3,7675

Risco da taxa de juros: A Companhia e suas controladas monitoram as flutuações nas taxas de juros variáveis relacionadas a seus empréstimos e utilizam instrumentos derivativos para minimizar os riscos de flutuação das taxas de juros variáveis. A seguir, é apresentada uma análise de sensibilidade sobre as taxas de juros de empréstimos e financiamentos, arrendamento, outros passivos com contrapartida aos investimentos em CDI, com aumentos e reduções de 25% e 50%, antes dos impostos:

	31/12/2025	Provável	Cenários			
			25%	50%	(25%)	(50%)
U.S.\$	5,5024	5,5000	6,8750	8,2500	4,1250	2,7500
Euro	6,4692	6,5450	8,1813	9,8175	4,9088	3,2725
GBP	7,4112	7,5350	9,4188	11,3025	5,6513	3,7675

Risco da taxa de juros: A Companhia e suas controladas monitoram as flutuações nas taxas de juros variáveis relacionadas a seus empréstimos e utilizam instrumentos derivativos para minimizar os riscos de flutuação das taxas de juros variáveis. A seguir, é apresentada uma análise de sensibilidade sobre as taxas de juros de empréstimos e financiamentos, arrendamento, outros passivos com contrapartida aos investimentos em CDI, com aumentos e reduções de 25% e 50%, antes dos impostos:

	31/12/2025	Provável	Cenários			
			25%	50%	(25%)	(50%)
U.S.\$	5,5024	5,5000	6,8750	8,2500	4,1250	2,7500
Euro	6,4692	6,5450	8,1813	9,8175	4,9088	3,2725
GBP	7,4112	7,5350	9,4188	11,3025	5,6513	3,7675

Risco da taxa de juros: A Companhia e suas controladas monitoram as flutuações nas taxas de juros variáveis relacionadas a seus empréstimos e utilizam instrumentos derivativos para minimizar os riscos de flutuação das taxas de juros variáveis. A seguir, é apresentada uma análise de sensibilidade sobre as taxas de juros de empréstimos e financiamentos, arrendamento, outros passivos com contrapartida aos investimentos em CDI, com aumentos e reduções de 25% e 50%, antes dos impostos:

	31/12/2025	Provável	Cenários			
			25%	50%	(25%)	(50%)
U.S.\$	5,5024	5,5000	6,8750	8,2500	4,1250	2,7500
Euro	6,4692	6,5450	8,1813	9,8175	4,9088	3,2725
GBP	7,4112	7,5350	9,4188	11,3025	5,6513	3,7675

Risco da taxa de juros: A Companhia e suas controladas monitoram as flutuações nas taxas de juros variáveis relacionadas a seus empréstimos e utilizam instrumentos derivativos para minimizar os riscos de flutuação das taxas de juros variáveis. A seguir, é apresentada uma análise de sensibilidade sobre as taxas de juros de empréstimos e financiamentos, arrendamento, outros passivos com contrapartida aos investimentos em CDI, com aumentos e reduções de 25% e 50%, antes dos impostos:

	31/12/2025	Provável	Cenários			
			25%	50%	(25%)	(50%)
U.S.\$	5,5024	5,5000	6,8750	8,2500	4,1250	2,7500
Euro	6,4692	6,5450	8,1813	9,8175	4,9088	3,2725
GBP	7,4112	7,5350	9,4188	11,3025	5,6513	3,7675

Risco da taxa de juros: A Companhia e suas controladas monitoram as flutuações nas taxas de juros variáveis relacionadas a seus empréstimos e utilizam instrumentos derivativos para minimizar os riscos de flutuação das taxas de juros variáveis. A seguir, é apresentada uma análise de sensibilidade sobre as taxas de juros de empréstimos e financiamentos, arrendamento, outros passivos com contrapartida aos investimentos em CDI, com aumentos e reduções de 25% e 50%, antes dos impostos:

	31/12/2025	Provável	Cenários			
			25%	50%	(25%)	(50%)
U.S.\$	5,5024	5,5000	6,8750	8,2500	4,1250	2,7500
Euro	6,4692	6,5450	8,1813	9,8175	4,9088	3,2725
GBP	7,4112	7,5350	9,4188	11,3025	5,6513	3,7675

Risco da taxa de juros: A Companhia e suas controladas monitoram as flutuações nas taxas de juros variáveis relacionadas a seus empréstimos e utilizam instrumentos derivativos para minimizar os riscos de flutuação das taxas de juros variáveis. A seguir, é apresentada uma análise de sensibilidade sobre as taxas de juros de empréstimos e financiamentos, arrendamento, outros passivos com contrapartida aos investimentos em CDI, com aumentos e reduções de 25% e 50%, antes dos impostos:

	31/12/2025	Provável	Cenários			
			25%	50%	(25%)	(50%)
U.S.\$	5,5024	5,5000	6,8750	8,2500	4,1250	2,7500
Euro	6,4692	6,5450	8,1813	9,8175	4,9088	3,2725
GBP	7,4112	7,5350	9,4188	11,3025	5,6513	3,7675

Risco da taxa de juros: A Companhia e suas controladas monitoram as flutuações nas taxas de juros variáveis relacionadas a seus empréstimos e utilizam instrumentos derivativos para minimizar os riscos de flutuação das taxas de juros variáveis. A seguir, é apresentada uma análise de sensibilidade sobre as taxas de juros de empréstimos e financiamentos, arrendamento, outros passivos com contrapartida aos investimentos em CDI, com aumentos e reduções de 25% e 50%, antes dos impostos:

	31/12/2025	Provável	Cenários			
			25%	50%	(25%)	(50%)
U.S.\$	5,5024	5,5000	6,8750	8,2500	4,1250	2,7500
Euro	6,4692	6,5450	8,1813	9,8175	4,9088	3,2725
GBP	7,4112	7,5350	9,4188	11,3025	5,6513	3,7675

Risco da taxa de juros: A Companhia e suas controladas monitoram as flutuações nas taxas de juros variáveis relacionadas a seus empréstimos e utilizam instrumentos derivativos para minimizar os riscos de flutuação das taxas de juros variáveis. A seguir, é apresentada uma análise de sensibilidade sobre as taxas de juros de empréstimos e financiamentos, arrendamento, outros passivos com contrapartida aos investimentos em CDI, com aumentos e reduções de 25% e 50%, antes dos impostos:

	31/12/2025	Provável	Cenários			
			25%	50%	(25%)	(50%)
U.S.\$	5,5024	5,5000	6,8750	8,2500	4,1250	2,7500
Euro	6,4692	6,5450	8,1813	9,8175	4,9088	3,2725
GBP	7,4112	7,5350	9,4188	11,3025	5,6513	3,7675

Risco da taxa de juros: A Companhia e suas controladas monitoram as flutuações nas taxas de juros variáveis relacionadas a seus empréstimos e utilizam instrumentos derivativos para minimizar os riscos de flutuação das taxas de juros variáveis. A seguir, é apresentada uma análise de sensibilidade sobre as taxas de juros de empréstimos e financiamentos, arrendamento, outros passivos com contrapartida aos investimentos em CDI, com aumentos e reduções de 25% e 50%, antes dos impostos:

	31/12/2025	Provável	Cenários			
			25%	50%	(25%)	(50%)
U.S.\$	5,5024	5,5000	6,8750	8,2500	4,1250	2,7500
Euro	6,4692	6,5450	8,1813	9,8175	4,9088	3,2725
GBP	7,4112	7,5350	9,4188	11,3025	5,6513	3,7675

Risco da taxa de juros: A Companhia e suas controladas monitoram as flutuações nas taxas de juros variáveis relacionadas a seus empréstimos e utilizam instrumentos derivativos para minimizar os riscos de flutuação das taxas de juros variáveis. A seguir, é apresentada uma análise de sensibilidade sobre as taxas de juros de empréstimos e financiamentos, arrendamento, outros passivos com contrapartida aos investimentos em CDI, com aumentos e reduções de 25% e 50%, antes dos impostos:

	31/12/2025	Provável	Cenários			
			25%	50%	(25%)	(50%)
U.S.\$	5,5024	5,5000	6,8750	8,2500	4,1250	2,7500
Euro	6,4692	6,5450	8,1813	9,8175	4,9088	3,2725
GBP	7,4112	7,5350	9,4188	11,3025	5,6513	3,7675

Risco da taxa de juros: A Companhia e suas controladas monitoram as flutuações nas taxas de juros variáveis relacionadas a seus empréstimos e utilizam instrumentos derivativos para minimizar os riscos de flutuação das taxas de juros variáveis. A seguir, é apresentada uma análise de sensibilidade sobre as taxas de juros de empréstimos e financiamentos, arrendamento, outros passivos com contrapartida aos investimentos em CDI, com aumentos e reduções de 25% e 50%, antes dos impostos:

	31/12/2025	Provável	Cenários			
			25%	50%	(25%)	(50%)
U.S.\$	5,5024	5,5000	6,8750	8,2500	4,1250	2,7500
Euro	6,4692	6,5450	8,1813	9,8175	4,9088	3,2725
GBP	7,4112	7,5350	9,4188	11,3025	5,6513	3,7675

Risco da taxa de juros: A Companhia e suas controladas monitoram as flutuações nas taxas de juros variáveis relacionadas a seus empréstimos e utilizam instrumentos derivativos para minimizar os riscos de flutuação das taxas de juros variáveis. A seguir, é apresentada uma análise de sensibilidade sobre as taxas de juros de empréstimos e financiamentos, arrendamento, outros passivos com contrapartida aos investimentos em CDI, com aumentos e reduções de 25% e 50%, antes dos impostos:

	31/12/2025	Provável	Cenários			
			25%	50%	(25%)	(50%)
U.S.\$	5,5024	5,5000	6,8750	8,2500	4,1250	2,7500
Euro	6,4692	6,5450	8,1813	9,8175	4,9088	3,2725
GBP	7,4112	7,5350	9,4188	11,3025	5,6513	3,7675

Risco da taxa de juros: A Companhia e suas controladas monitoram as flutuações nas taxas de juros variáveis relacionadas a seus empréstimos e utilizam instrumentos derivativos para minimizar os riscos de flutuação das taxas de juros variáveis. A seguir, é apresentada uma análise de sensibilidade sobre as taxas de juros de empréstimos e financiamentos, arrendamento, outros passivos com contrapartida aos investimentos em CDI,

→★ continuação

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras da Cosan S.A. (Em milhares de reais, exceto se de outra forma indicado)

</

→ continuação

	Saldo em 1º de janeiro de 2024	Resultado de equivalência patrimonial	(Redução) Aumento de capital	Alienação de ativos mantido para venda	Ajuste de avaliação patrimonial	Dividendos	Combinação de negócios	Outros	Saldo em 31 de dezembro de 2024
Compass									
Companhia de Gás de São Paulo - COMGÁS	32.145	14.726	-	-	-	(20.680)	-	446	26.637
Commit Gás S.A.	1.562.500	138.356	-	-	-	(456.045)	112.401	235	1.357.447
Norgás S.A.	372.030	-	-	(372.030)	-	-	-	-	-
Companhia Paranaense de Gás - COMPAGAS	-	1.569	-	-	-	(3.446)	462.197	188	460.508
Biometano Verde Paulínia S.A	237.981	1.228	-	-	-	(970)	-	-	238.239
Compass Gás e Energia	790.672	235.988	(179.999)	-	(19.254)	(269.808)	-	344	557.943
Rumo									
Rumo S.A.	11.104.589	(657.631)	-	-	904	(6.676)	-	16.266	10.457.452
Moove									
Moove Lubricants Holdings	695.848	118.209	-	-	26.028	(270.000)	-	(3.094)	566.991
Corporativo									
Cosan Limited Partners Brasil Consultoria Ltda.	7	(2)	-	-	-	-	-	-	5
Cosan Nove Participações S.A.	2.567.019	(365.149)	34.202	-	25.796	(105.000)	-	7.577	2.164.445
Cosan Dez Participações S.A.	1.512.041	501.890	(396.395)	-	(34.229)	(603.022)	-	(152)	980.133
Radar									
Janus Brasil Participações S.A.	4.743.201	513.119	-	-	-	(205.270)	-	-	5.051.050
Tellus Brasil Participações S.A.	3.156.328	359.813	(74.741)	-	-	(316.542)	-	-	3.124.858
Gamiovapar Empreendimentos e Participações S.A.	472.244	128.911	-	-	-	(9.549)	-	-	591.606
Duguetiapar Empreendimentos e Participações S.A.	66.715	7.911	(17.143)	-	-	(59.821)	-	-	(2.338)
Radar II Propriedades Agrícolas S.A.	1.089.154	113.818	(584)	-	-	(25.518)	-	-	1.176.870
Radar Propriedades Agrícolas S.A.	204.444	67.872	-	-	-	(16.968)	-	-	255.348
Nova Agrícola Ponte Alta S.A.	417.013	21.574	-	-	-	(7.988)	-	-	430.599
Nova Amaralina S.A. Propriedades Agrícolas	29.893	12.140	-	-	-	(3.035)	-	-	38.998
Nova Santa Bárbara Agrícola S.A.	197.833	8.239	-	-	-	(245)	-	-	205.827
Terras da Ponte Alta S.A.	84.251	(4.238)	-	-	-	10.237	-	-	90.250
Paineira Propriedades Agrícolas S.A.	199.303	24.339	-	-	-	(3.235)	-	-	220.407
Manacá Propriedades Agrícolas S.A.	199.584	23.397	-	-	-	(6.503)	-	-	216.478
Castanheira Propriedades Agrícolas S.A.	291.078	(4.050)	-	-	-	(2.183)	-	-	284.845
Total	30.025.873	1.262.029	(634.660)	(372.030)	(755)	(2.382.267)	574.598	21.810	28.494.598

Balanco patrimonial resumido:

	Cosan Dez	Cosan Nove	Moove	Rumo	Radar					
	31/12/25	31/12/24	31/12/25	31/12/24	31/12/25	31/12/24	31/12/25	31/12/24	31/12/25	31/12/24
Circulante										
Ativo	369.391	1.590.825	7.463	46.918	707.281	31.765	1.240.600	3.451.323	461.016	559.288
Passivo	(15.290)	(1.336.052)	(19)	(40.018)	-	-	(1.474.294)	(1.267.586)	(127.550)	(137.056)
Ativo circulante líquido	354.101	254.773	7.444	6.900	707.281	31.765	(233.694)	2.183.737	333.466	422.232
Não circulante										
Ativo	4.687.097	4.091.608	-	9.310.850	1.712.927	1.858.568	25.766.338	23.288.895	18.401.988	17.179.276
Passivo	-	-	-	-	-	-	(11.690.002)	(10.741.388)	(861.011)	(602.315)
Ativo não circulante líquido	4.687.097	4.091.608	-	9.310.850	1.712.927	1.858.568	14.076.336	12.547.507	17.540.977	16.576.961
Patrimônio líquido	5.041.198	4.346.381	7.444	9.317.750	2.420.208	1.890.333	13.842.642	14.731.244	17.874.443	16.999.193

Demonstrações do resultado e outros resultados abrangentes resumidos:

	Cosan Dez	Cosan Nove	Moove	Rumo	Radar					
	31/12/25	31/12/24	31/12/25	31/12/24	31/12/25	31/12/24	31/12/25	31/12/24	31/12/25	31/12/24
Receita líquida	-	-	-	-	-	-	890.149	1.064.286	653.785	1.441.809
Resultado antes dos impostos	1.135.176	1.556.754	(9.652.455)	(1.078.773)	564.041	394.309	1.003.776	(863.209)	1.847.428	1.936.036
Imposto de renda e contribuição social	(998)	(15.863)	(155)	(271)	-	-	(156.718)	(96.038)	(186.368)	(130.285)
Resultado do exercício	1.134.178	1.540.891	(9.652.610)	(1.079.044)	564.041	394.309	847.058	(959.247)	1.661.060	1.805.751
Outros resultados abrangentes	25.575	(122.246)	161.974	76.229	(34.547)	86.760	(66.559)	1.300	-	-
Resultados abrangente total	1.159.753	1.418.645	(9.490.636)	(1.002.815)	529.494	481.069	780.499	(957.947)	1.661.060	1.805.751
Resultado abrangente atribuído a acionistas não controladores	7.161	(34.229)	54.812	25.796	(10.364)	26.028	(46.468)	904	-	-
Dividendos pagos	(623.592)	(1.667.187)	(371.000)	-	-	(900.000)	(1.500.000)	(170.817)	(649.721)	(917.530)

Demonstração dos fluxos de caixa resumida:

	Cosan Dez	Cosan Nove	Moove	Rumo	Radar					
	31/12/25	31/12/24	31/12/25	31/12/24	31/12/25	31/12/24	31/12/25	31/12/24	31/12/25	31/12/24
Caixa (utilizado) gerado nas atividades operacionais	3.338	35.059	356	3.390	(275)	(3.079)	395.605	469.310	530.012	999.607
Caixa (utilizado) gerado nas atividades de investimento	1.772.130	2.366.296	39.751	63.262	-	896.369	(467.632)	(487.467)	127.393	22.667
Caixa gerado (utilizado) nas atividades de financiamento	(1.790.000)	(2.770.208)	(40.000)	(65.000)	-	(900.000)	(1.532.108)	(692.256)	(670.833)	(1.029.179)
Redução do caixa e equivalentes de caixa	(14.532)	(368.853)	107	1.652	(275)	(6.710)	(1.604.135)	(710.413)	(13.428)	(6.905)
Caixa e equivalente de caixa no início do exercício	17.409	386.262	3.461	1.809	803	1.858	2.403.629	3.114.042	33.041	39.946
Efeito da variação cambial sobre o saldo de caixa e equivalentes de caixa	-	-	-	-	88	5.655	-	-	-	-
Caixa e equivalente de caixa no final do exercício	2.877	17.409	3.568	3.461	616	803	799.494	2.403.629	19.613	33.041

10. Investimento em controladas em conjunto

	Raízen S.A.	Radar Gestão de Invest. S.A.	Total
Número de ações da investida	10.352.509.484	24.800.000	
Quotas da investidora	517.625.474	12.400.000	
Percentual de participação direta	5,00%	50,00%	
Saldo em 1º de janeiro de 2024	1.320.592	-	1.320.592
Resultado de equivalência	(138.430)	(3.731)	(142.161)
Ajuste de avaliação patrimonial	15.897	-	15.897
Aumento de capital	-	12.337	12.337
Dividendos	(13.593)	-	(13.593)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	1.184.466	8.606	1.193.072
Resultado de equivalência	(1.228.333)	3.807	(1.224.526)
Ajuste de avaliação patrimonial	43.867	-	43.867
Dividendos	-	(904)	(904)
Saldo em 31 de dezembro de 2025	-	11.509	11.509

Os movimentos nos investimentos em controladas em conjunto no consolidado foram os seguintes:

	Raízen S.A. ⁽ⁱ⁾	Terminal Alvorada S.A.	Radar Gestão de Invest. S.A.	Total
Número de ações da investida	10.352.509.484	134.936.162	24.800.000	
Quotas da investidora	4.557.597.117	67.468.081	12.400.000	
Percentual de participação direta	5,00%	50,00%	50,00%	
Percentual de participação indireta	25,84%	-	-	
Total	30,84%	50,00%	50,00%	
Saldo em 1º de janeiro de 2024	11.693.876	48.566	-	11.742.442
Resultado de equivalência	(1.218.804)	(7.445)	(3.731)	(1.229.980)
Ajuste de avaliação patrimonial	139.892	-	-	139.892
Aumento de capital	-	-	12.337	12.337
Dividendos	(119.647)	-	-	(119.647)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	10.495.317	41.121	8.606	10.545.044
Resultado de equivalência (Nota 2.1.11)	(10.881.556)	(7.274)	3.807	(10.885.023)
Ajuste de avaliação patrimonial	386.239	-	-	386.239
Dividendos	-	-	(904)	(904)
Aumento de capital	-	15.000	-	15.000
Saldo em 31 de dezembro de 2025	-	48.847	11.509	60.356

Raízen S.A.

(i) A participação total da Companhia na Raízen S.A. é composta por 5,00% de participação direta e 39,06% de participação indireta, por meio da Cosan Nove. O percentual divulgado de 25,84% refere-se ao benefício econômico, calculado a partir do resultado da participação da Cosan S.A. em sua controlada Cosan Nove (66,16%), multiplicado pela participação indireta de 39,06%. Nas informações consolidadas da Companhia, as participações diretas e indiretas são somadas, e o impacto referente à participação de acionistas não controladores na Cosan Nove é apresentado na linha de resultado atribuído a acionistas não controladores. Devido o investimento ter sido reduzido a zero, a parcela não reconhecida de perdas do investimento na Raízen S.A. foi de R\$ 712.152. O balanço patrimonial e a demonstração do resultado da controlada em conjunto Raízen S.A. estão divulgadas na Nota Explicativa 4 - Informação por segmento. Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia estava em conformidade com os covenants do contrato que rege a joint venture.

11. Imobilizado, intangível e ágio, ativos de contrato, direito de uso, propriedades para investimentos e perda por redução ao valor recuperável

Política contábil: Redução ao valor recuperável: O valor recuperável é determinado com base nos cálculos do valor em uso, utilizando o fluxo de caixa descontado, definido pela Administração com base em orçamentos que consideram as premissas relacionadas a cada negócio, informações disponíveis no mercado e desempenho anterior. Os fluxos de caixa descontados foram elaborados para um período de dez anos e extrapolados à perpetuidade. A Administração considera que o uso de períodos superiores a cinco anos na preparação dos fluxos de caixa descontados é apropriado para fins de cálculo do valor recuperável, uma vez que reflete o tempo estimado de uso do ativo e dos grupos de negócios. A Companhia realiza, anualmente, uma revisão dos indicadores de impairment para os ativos intangíveis com vida útil definida e imobilizado. Além disso, é realizado um teste de impairment para ágio e ativos intangíveis com vida útil indefinida. A redução ao valor recuperável ocorre quando o valor contábil de um ativo ou unidade geradora de caixa excede seu valor recuperável, que é o maior entre seu valor justo líquido dos custos de venda e seu valor em uso. As premissas utilizadas nas projeções de fluxo de caixa descontado - estimativas de desempenho futuro dos negócios, geração de caixa, crescimento de longo prazo e taxas de desconto - são utilizadas na avaliação de redução ao valor recuperável de ativos na data do balanço. As principais premissas utilizadas para determinar o valor recuperável das diferentes unidades geradoras de caixa às quais o ágio é alocado são explicadas a seguir. 11.1 Imobilizado: Política contábil: Reconhecimento e mensuração: Os itens do ativo imobilizado são mensurados ao custo, deduzido da depreciação acumulada e de quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável (impairment). Gastos subsequentes são capitalizados somente quando for provável que os benefícios econômicos futuros, associados a esses gastos, fluam para a Companhia. Reparos e manutenção de caráter contínuo são contabilizados quando incorridos. Os custos de empréstimos atribuíveis diretamente à aquisição, construção ou produção de ativos qualificáveis são capitalizados ao custo desses ativos até a data em que estejam prontos para seu uso ou venda pretendida. Ativos qualificáveis são aqueles que exigem, necessariamente, um período substancial para ficarem prontos para uso ou venda. Quando empréstimos sujeitos a taxas variáveis são utilizados para financiar um ativo qualificável e designados em operação de hedge de fluxo de caixa eficaz do risco de taxa de juros, a parcela efetivo do derivativo é reconhecida em outros resultados abrangentes e reclassificada para o resultado quando o ativo qualificável afetar o resultado. Quando empréstimos sujeitos a taxas fixas são utilizados para financiar um ativo qualificável e designados em operação de hedge de valor justo eficaz do risco de taxa de juros, os custos de empréstimos capitalizados refletem a taxa de juros objeto do hedge. Os ativos imobilizados são depreciados a partir da data em que estão disponíveis para uso ou, no caso de ativos construídos, a partir da data em que o ativo é concluído e está pronto para uso.

→ continuação

	Saldo em 1º de janeiro de 2024	Resultado de equivalência patrimonial	(Redução) Aumento de capital	Alienação de ativos mantido para venda	Ajuste de avaliação patrimonial	Dividendos	Combinação de negócios	Outros	Saldo em 31 de dezembro de 2024
Compass									
Companhia de Gás de São Paulo - COMGÁS	32.145	14.726	-	-	-	(20.680)	-	446	26.637
Commit Gás S.A.	1.562.500	138.356	-	-	-	(456.045)	112.401	235	1.357.447
Norgás S.A.	372.030	-	-	(372.030)	-	-	-	-	-
Companhia Paranaense de Gás - COMPAGAS	-	1.569	-	-	-	(3.446)	462.197	188	460.508
Biometano Verde Paulínia S.A	237.981	1.228	-	-	-	(970)	-	-	238.239
Compass Gás e Energia	790.672	235.988	(179.999)	-	(19.254)	(269.808)	-	344	557.943
Rumo									
Rumo S.A.	11.104.589	(657.631)	-	-	904	(6.676)	-	16.266	10.457.452
Moove									
Moove Lubricants Holdings	695.848	118.209	-	-	26.028	(270.000)	-	(3.094)	566.991
Corporativo									
Cosan Limited Partners Brasil Consultoria Ltda.	7	(2)	-	-	-	-	-	-	5
Cosan Nove Participações S.A.	2.567.019	(365.149)	34.202	-	25.796	(105.000)	-	7.577	2.164.445
Cosan Dez Participações S.A.	1.512.041	501.890	(396.395)	-	(34.229)	(603.022)	-	(152)	980.133
Radar									
Janus Brasil Participações S.A.	4.743.201	513.119	-	-	-	(205.270)	-	-	5.051.050
Tellus Brasil Participações S.A.	3.156.328	359.813	(74.741)	-	-	(316.542)	-	-	3.124.858
Gamiovapar Empreendimentos e Participações S.A.	472.244	128.911	-	-	-	(9.549)	-	-	591.606
Duguetiapar Empreendimentos e Participações S.A.	66.715	7.911	(17.143)	-	-	(59.821)	-	-	(2.338)
Radar II Propriedades Agrícolas S.A.	1.089.154	113.818	(584)	-	-	(25.518)	-	-	1.176.870
Radar Propriedades Agrícolas S.A.	204.444	67.872	-	-	-	(16.968)	-	-	255.348
Nova Agrícola Ponte Alta S.A.	417.013	21.574	-	-	-	(7.988)	-	-	430.599
Nova Amaralina S.A. Propriedades Agrícolas	29.893	12.140	-	-	-	(3.035)	-	-	38.998
Nova Santa Bárbara Agrícola S.A.	197.833	8.239	-	-	-	(245)	-	-	205.827
Terras da Ponte Alta S.A.	84.251	(4.238)	-	-	-	10.237	-	-	90.250
Paineira Propriedades Agrícolas S.A.	199.303	24.339	-	-	-	(3.235)	-	-	220.407
Manacá Propriedades Agrícolas S.A.	199.584	23.397	-	-	-	(6.503)	-	-	216.478
Castanheira Propriedades Agrícolas S.A.	291.078	(4.050)	-	-	-	(2.183)	-	-	284.845
Total	30.025.873	1.262.029	(634.660)	(372.030)	(755)	(2.382.267)	574.598	21.810	28.494.598

Balanco patrimonial resumido:

	Cosan Dez	Cosan Nove	Moove	Rumo	Radar					
	31/12/25	31/12/24	31/12/25	31/12/24	31/12/25	31/12/24	31/12/25	31/12/24	31/12/25	31/12/24
Circulante										
Ativo	369.391	1.590.825	7.463	46.918	707.281	31.765	1.240.600	3.451.323	461.016	559.288
Passivo	(15.290)	(1.336.052)	(19)	(40.018)	-	-	(1.474.294)	(1.267.586)	(127.550)	(137.056)
Ativo circulante líquido	354.101	254.773	7.444	6.900	707.281	31.765	(233.694)	2.183.737	333.466	422.232
Não circulante										
Ativo	4.687.097	4.091.608	-	9.310.850	1.712.927	1.858.568	25.766.338	23.288.895	18.401.988	17.179.276
Passivo	-	-	-	-	-	-	(11.690.			

★ continuação

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras da Cosan S.A. (Em milhares de reais, exceto se de outra forma indicado)

fiscais, observando a legislação e os regulamentos aplicáveis nos países onde atuam. Comprometem-se, ainda, a adotar políticas de preços de transferência alinhadas aos princípios da plena concorrência e às regras estabelecidas pelas legislações fiscais das jurisdições em que operam, assegurando a transparência das operações, a ética comercial e a não utilização de práticas que resultem em redução artificial da carga tributária.

a) Reconciliação das despesas com imposto de renda e contribuição social:

Controladora

Consolidado

31/12/202531/12/202431/12/202531/12/2024

(9.129.119)(8.893.751)(7.991.285)(5.245.119)

3.103.9003.023.8752.717.0371.783.340

Ajustes para cálculo da taxa efetiva

Equivalência patrimonial(2.036.167)(1.054.960)(3.626.134)(1.422.337)

Resultado de empresas no exterior(37.949)(70.643)(105.143)(93.121)

Lucro da exploração- -346.386407.231

Juros sobre capital próprio- -(26.895)(174.335)

Diferenças permanentes (doações, brindes, etc.)- -(11.477)(23.234)

Prejuízos fiscais e diferenças temporárias não reconhecidas(1.760.414)(2.560.406)(2.362.375)(4.193.767)

Benefício ICMS - extemporâneo- -(1.263)20.490

Benefício ICMS - período corrente- -(521)

Provisão para não realização do benefício do pacto federativo - juros e multa- -25.851

Selic sobre indébito22.26019.86150.68660.873

Diferencial de alíquota (i)- -454.416534.837

Outros115.364(72.858)361.646(115.829)

Imposto de renda e contribuição social (corrente e diferido)(593.006)(715.131)(2.203.116)(3.190.522)

Taxa efetiva - %6,50%8,04%27,57%60,83%

(i) Diferença de alíquota entre a taxa nominal de 34% e a taxa efetiva aplicável às entidades que apuram o tributo no regime de lucro presumido.

b) Ativos e passivos de imposto de renda diferido:

Os efeitos fiscais das diferenças temporárias que originam partes significativas dos ativos e passivos fiscais diferidos da Companhia são apresentados a seguir:

Controladora

Consolidado

31/12/202531/12/202431/12/202531/12/2024

Créditos ativos de:

Prejuízos fiscais de IRPJ- -1.777.7821.699.262

Base negativa de contribuição social- -590.380560.110

Diferenças temporárias:

Variação cambial - Empréstimos e financiamentos1.180.0302.159.1601.366.6062.669.489

Provisão para demandas judiciais61.21564.335257.691272.886

Provisão impairment (Rumo Malha Oeste)- -30.54723.436

Obrigação de benefício pós-emprego- -129.938128.046

Provisões para perdas de créditos esperadas- -53.66244.202

Provisão para não realização de impostos2.5802.58068.21070.719

Transações com pagamento baseado em ações25.93319.33690.861103.454

Arrendamento mercantil1.9162.347236.278312.402

Resultado não realizado com derivativos271.198-696.110390.622

Ajuste valor justo sobre dívidas- -32.268

Provisões de participações no resultado15.63811.212118.658131.254

Combinação de negócios - Intangível- -106.524124.628

Combinação de negócios - Imobilizado- -1.854

Selic sobre indébito48.16048.16073.11376.745

Provisões diversas263.165140.077812.648682.385

Diferido sobre resultado pré-operacional- -69.31479.402

Conta corrente regulatória- -8.396

Outros23.156205170.404245.221

Total1.892.9912.447.4126.682.8487.624.513

Créditos passivos de:

Diferenças temporárias

Variação cambial - Empréstimos e financiamentos- -(24.778)(347)

Provisão para demandas judiciais- -(107)

Revisão de vida útil- -(839.880)(531.081)

Combinação de negócios - Imobilizado- -(174.359)(161.784)

Ágio fiscal amortizado- -(609.096)(645.297)

Resultado não realizado com derivativos- (156.611)(400.672)(369.763)

Ajuste valor justo sobre dívidas- -(559.450)(801.022)

Títulos e valores mobiliários(31.434)- (31.437)-

Propriedades para investimento- -(567.263)(496.395)

Bens destinados a venda- -(11.906)(962)

Efeitos na formação da controlada em conjunto(33.776)(102.070)(33.776)(167.196)

Combinação de negócios - Intangível- -(4.902.079)(4.990.657)

Obrigação pós-emprego- -(4.815)(4.810)

Arrendamento mercantil- -(11.101)(11.557)

Provisão para realização futura de perda de capital(449.153)(449.153)(449.153)(449.153)

Outros- 18.832(484.440)(472.592)

Total(514.363)(689.002)(9.104.205)(9.102.723)

Total de tributos diferidos registrados1.378.6281.758.410(2.421.357)(1.478.210)

Diferido ativo1.378.6281.758.4103.703.8644.495.296

Diferido passivo- -(6.125.221)(5.973.506)

Total diferido, líquido1.378.6281.758.410(2.421.357)(1.478.210)

A Companhia avaliou o prazo para compensação de seus créditos de tributos diferidos ativos sobre prejuízos fiscais, base negativa de contribuição social e diferenças temporárias, por meio da projeção de seu lucro tributável e do planejamento estratégico de longo prazo. A expectativa de realização em 31 de dezembro de 2025 é a seguinte:

Controladora

Consolidado

Dentro de 1 ano927.6601.338.555

1 a 2 anos35.136284.141

2 a 3 anos169.877525.531

3 a 4 anos35.136342.253

4 a 5 anos35.136204.872

5 a 8 anos105.409628.567

8 a 10 anos70.274379.945

Total1.378.6283.703.864

c) Movimentações no imposto diferido ativos e passivos:

Controladora

Consolidado

Ativo

Prejuízo Fiscal e Base Negativa

Resultado não realizado com derivativos

Provisões

Arrendamento

Benefícios a empregados

Empréstimos e financiamentos

Outros

Total

Saldo em 1º de janeiro de 20241.286.666165.978102.7652.497100.0851.165.734208.3313.032.056

Impacto no resultado do exercício(1.245.573)(165.978)104.227(150)(69.537)993.426(159.966)(543.551)

Saldo em 31 de dezembro de 2024- -206.9922.34730.5482.159.16048.3652.447.412

Impacto no resultado do exercício- 271.198119.968(431)11.023(979.130)22.951(554.421)

Saldo em 31 de dezembro de 2025- 271.198326.9601.91641.5711.180.03071.3161.892.991

Passivo

Efeitos na formação da controlada em conjunto

Resultado não realizado com derivativos

Provisões

Outros

Total

Saldo em 1º de janeiro de 2024- (103.992)- - (449.153)- (553.145)

Impacto no resultado do exercício1.922- (156.611)- 31.890(122.799)

Outros resultados abrangentes- - (13.058)- (13.058)

Saldo em 31 de dezembro de 2024- (102.070)- (156.611)(449.153)18.832(689.002)

Impacto no resultado do exercício68.294- 156.611(263.071)(38.166)

Outros resultados abrangentes- - 2.0862.086

Incorporação Cosan Óito- - 210.719210.719

Saldo em 31 de dezembro de 2025(33.776)- (449.153)(31.434)(514.363)

Total impostos diferidos reconhecidos- - - - -1.378.628

Consolidado

Prejuízo fiscal e base negativa

Resultado não realizado com derivativos

Provisões

Arrendamentos

Obrigações de benefícios pós emprego

Intangível

Empréstimos e financiamentos

Outros

Total

Saldo em 1º de janeiro de 20243.644.051823.2861.045.267161.840150.336124.3791.292.954828.1738.070.286

Impacto no resultado do exercício(1.343.586)(433.630)5.3984.990(22.290)2491.376.535(181.847)(594.181)

Outros resultados abrangentes- 966- 145.572- - 146.538

Saldo em 31 de dezembro de 2024(1.343.586)(433.630)5.3984.990(22.290)2491.376.535(181.847)(594.181)

Impacto no resultado do exercício- - 966- 145.572- - 146.538

Outros resultados abrangentes(41.093)- - - - - (41.093)

Combinação de negócios- - 42.963- - - - 42.963

Saldo em 31 de dezembro de 20242.259.372390.6221.093.628312.402128.046124.6282.669.489646.3267.624.513

Impacto no resultado do exercício108.790305.488172.605(76.124)1.892(18.104)(1.302.883)(75.621)(883.957)

Combinação de negócios- - (43.475)- - - - (43.475)

Transferências- - - - - - (14.233)(14.233)

Saldo em 31 de dezembro de 20252.368.162696.1101.222.758236.278129.938106.5241.366.606556.4726.682.848

Consolidado

Efeitos na formação da controlada em conjunto

Resultado não realizado com derivativos

Obrigações de benefícios pós emprego

Intangível

Imobilizado

Variação cambial - Empréstimos e financiamentos

Ajuste a valor justo da dívida

Outros

Total

Saldo em 1º de janeiro de 2024(103.992)(299.965)(449.561)(4.641)(4.426.881)(456.093)(195.232)(281.784)(1.468.540)(7.686.689)

Impacto no resultado do exercício(63.204)(69.798)301(169)126.999(74.988)194.885(519.238)(238.926)(644.138)

Outros resultados abrangentes- - - - - - (45.513)(45.513)

Combinação de negócios- - - - - (690.775)- - - (35.608)(726.383)

Saldo em 31 de dezembro de 2024(167.196)(369.763)(449.260)(4.810)(4.990.657)(531.081)(347)(801.022)(1.788.587)(9.102.723)

Impacto no resultado do exercício133.420(30.909)107(5)88.578(308.799)(24.431)241.572(132.365)(32.832)

Transferências- - - - - - 47.64047.640

Outros resultados abrangentes- - - - - - (16.290)(16.290)

Saldo em 31 de dezembro de 2025(33.776)(400.672)(449.153)(4.815)(4.902.079)(839.880)(24.778)(559.450)(1.889.602)(9.104.205)

d) Prejuízos fiscais e diferenças temporárias não reconhecidas e Provisão para não realização de recuperabilidade de prejuízos fiscais no exercício:

No exercício findo em 31 de dezembro de 2025, o montante de imposto de renda e contribuição social não ativados totalizou R\$ 4.211.530 para controladora (R\$ 2.560.406 em 31 de dezembro de 2024) e R\$ 8.560.792 para consolidado (R\$ 6.427.740 para 31 de dezembro de 2024), referente a prejuízos fiscais e diferenças temporárias. Atualmente, esses valores não atendem aos requisitos para a contabilização de ativo fiscal diferido, devido à falta de previsibilidade de geração futura de lucros tributáveis. A administração continuará

monitorando periodicamente as projeções de lucros tributáveis futuros e ajustará a provisão conforme necessário, de acordo com as mudanças nas condições econômicas e financeiras da Companhia.

e) Incertezas sobre tratamento de tributo sobre o lucro:

A Companhia mantém discussões de natureza administrativa e judicial com as autoridades fiscais no Brasil relacionadas a determinadas interpretações e posições adotadas na apuração do Imposto de Renda Pessoa Jurídica ("IRPJ") e da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido ("CSLL"). A determinação final dessas questões é incerta e pode ser influenciada por fatores alheios à Companhia, tais como alterações na jurisprudência e modificações na legislação tributária. Em conformidade com o ICPC 22 (IFRIC 23) - Incerteza sobre Tratamento de Tributos sobre o Lucro, a Companhia avalia, para cada posição fiscal incerta, se é provável que a autoridade fiscal venha a aceitar o tratamento adotado ou planejado na apuração dos tributos. Somente nos casos em que a Companhia conclui não ser provável a aceitação do tratamento fiscal pela autoridade competente é que são reconhecidos os efeitos da incerteza, com base no melhor método de previsão da resolução da questão - seja pelo valor mais provável ou pelo valor esperado. As posições fiscais adotadas pela Companhia são respaldadas por pareceres de consultores jurídicos especializados. A Companhia está sujeita à revisão das autoridades fiscais quanto ao imposto de renda por um decadal de até dez anos, dependendo da jurisdição em que opera. Em 31 de dezembro de 2025, o montante total dos valores autuados e em discussão com as autoridades fiscais referente a essas questões, em que é provável que a autoridade fiscal aceite o tratamento fiscal incerto, era de R\$ 1.509.117 na Controladora (R\$ 1.395.568 em 31 de dezembro de 2024) e R\$ 6.859.878 no Consolidado (R\$ 7.052.491 em 31 de dezembro de 2024). Em relação as discussões tributárias, a Companhia possui autos de infração lavrados pela Receita Federal do Brasil e ações judiciais relativos à: (a) glosa de amortização de despesas de ágio fundado em rentabilidade futura decorrente de operações societárias; (b) ganho de capital na venda de participação societária; (c) provisões trabalhistas; e (d) retificação de declaração de compensação motivada por restituição parcial dos créditos objetos do pedido de compensação. Nova regra tributária Pilar Dois: O Grupo Cosan possui controladas no exterior em jurisdições nas quais as regras de tributação mínima global ("Pilar Dois" - Global Anti-Base Erosion Rules, ou "Regras GloBE") estão promulgadas e em vigor desde 1º de janeiro de 2024, podendo, em determinadas circunstâncias, resultar na exigência de tributos complementares ("top-up tax") sobre lucros auferidos nessas jurisdições. Considerando que entidades consolidadas pelo Grupo Cosan atuantes na Argentina, Espanha, Estados Unidos, França, Holanda, Luxemburgo, Paraguai, Portugal, Reino Unido, Rússia e Suíça podem estar abrangidas, direta ou indiretamente, por essa legislação, o Grupo realizou avaliações internas com o objetivo de estimar sua potencial exposição às Regras GloBE. Referidas avaliações foram baseadas nas informações contábeis e fiscais mais recentes disponíveis. Com base nas análises iniciais e nas informações atualmente disponíveis, o Grupo não espera, até o presente momento, impactos materiais ou a constituição de obrigações relevantes relacionadas ao Pilar Dois no exercício de 2025, sem prejuízo de revisões decorrentes de mudanças regulatórias, orientações interpretativas aplicáveis e/ou atualização das bases utilizadas. No Brasil, foi instituído o Adicional da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido ("Adicional da CSLL"), no contexto da adaptação da legislação brasileira às Regras GloBE, por meio da Lei nº 15.079, de 27 de dezembro de 2024, regulamentada pela Instrução Normativa RFB nº 2.228, de 3 de outubro de 2024, com vigência a partir de 1º de janeiro de 2025, estabelecendo uma tributação mínima efetiva de 15% para grupos multinacionais enquadrados nos critérios legais. A Administração realizou cálculos preliminares com base nas informações atualmente disponíveis das empresas brasileiras, não havendo expectativa de impactos materiais relacionados ao Adicional da CSLL. Adicionalmente, considerando as regras simplificadoras previstas no âmbito do Pilar Dois (safe harbours) e a expectativa de sua prorrogação até 2027, a Administração não espera, neste momento, alterações relevantes no cenário atualmente observado até referida data, tampouco efeitos materiais associados à aplicação de tributos complementares (top-up tax). Ainda que determinadas entidades do Grupo não se enquadrem integralmente nas referidas regras simplificadoras e estejam sujeitas ao cálculo completo das Regras GloBE, as avaliações realizadas, em ambos os casos, não indicaram impactos materiais ou tributo complementar devido. Permanece ressalvada a possibilidade de alterações regulatórias, orientações interpretativas e/ou mudanças no estágio de implementação pelas jurisdições aplicáveis.

16. Provisão para demandas e depósitos judiciais

Política contábil:

As provisões são reconhecidas como passivos quando a Companhia possui uma obrigação presente (legal ou construtiva) decorrente de evento passado, é provável que haja saída de recursos para liquidar a obrigação e o valor da obrigação pode ser estimado com razoável precisão. O reconhecimento da provisão é acompanhado do correspondente registro de despesa no resultado do exercício. A avaliação da probabilidade de saída de recursos considera as evidências disponíveis na data do balanço, incluindo a hierarquia normativa, a jurisprudência predominante, decisões judiciais recentes e sua relevância no ordenamento jurídico brasileiro, bem como pareceres de consultores jurídicos externos especializados. As provisões são revisadas a cada data do balanço e ajustadas conforme as circunstâncias, tais como o decorso do prazo prescricional, conclusão de procedimentos fiscais ou identificação de contingências adicionais decorrentes de novos fatos ou decisões judiciais.

a) Perdas prováveis e depósitos judiciais:

Controladora

Consolidado

31/12/202531/12/202431/12/202531/12/2024

Tributárias

Cíveis, ambientais e regulatórias

Trabalhistas

Total

204.827198.385694.524745.896

55.72159.989907.205818.422

34.62750.233456.393480.315

295.175308.6072.058.1222.044.633

Depósitos judiciais

Controladora

Consolidado

31/12/202531/12/202431/12/202531/12/2024

324.792390.148769.351801.723

15.70714.675182.809134.058

11.40512.146120.822120.909

351.904416.9691.072.9821.056.690

A movimentação das provisões para processos judiciais, no exercício, foi a seguinte:

Controladora

Cíveis, ambientais e regulatórias

Trabalhistas

Total

Saldo em 1º de janeiro de 2024272.06373.74455.286401.093

Provisionado no exercício114.6458.6321.446124.723

Baixas por reversão/pagamento(114.865)(14.556)(7.512)(136.933)

Atualização monetária (i)(73.458)(7.831)1.013(80.276)

Saldo em 31 de dezembro de 2024198.38559.98950.233308.607

Provisionado no exercício63.3258.4084.47676.209

Baixas por reversão/pagamento(48.126)(15.160)(14.667)(77.953)

Atualização monetária (i)44.1712.484(5.415)41.240

Transferência(52.928)- -(52.928)

Saldo em 31 de dezembro de 2025204.82755.72134.627295.175

Consolidado

Tributárias

Cíveis, ambientais e regulatórias

Trabalhistas

Total

813.732512.979387.6921.714.403

129.619181.734154.193465.546

(138.562)(187.735)(168.112)(494.409)

1.3829.1134.83198.126

(60.275)219.531101.711260.967

Saldo em 31 de dezembro de 2024745.896818.422480.3152.044.633

Provisionado no exercício69.981243.209122.498435.688

Baixas por reversão/pagamento(60.024)(211.774)(210.315)(482.113)

Transferência(124.484)- -(124.484)

Combinação de negócio- 1.0892.2873.376

Atualização monetária (i)63.15556.25961.608181.022

Saldo em 31 de dezembro de 2025694.524907.205456.3932.058.122

(i) Inclui baixa de juros por reversão. A Companhia possui débitos garantidos por bens ou por meio de depósito em dinheiro, fiança bancária ou seguro garantia. A Companhia possui ações indenizatórias adicionais às mencionadas, as quais, por serem consideradas prováveis, não foram registradas, por representarem ativos contingentes. Tributárias: Os principais processos judiciais tributários para os quais o risco de perda é considerado provável são descritos a seguir:

Controladora

Consolidado

31/12/202531/12/202431/12/202531/12/2024

Compensação com FINSOCIAL (ii)

INSS (iii)

Crédito de ICMS (iii)

PIS e COFINS

IPI

Outros

Total

85.63080.576117.264101.399

55.43214.217104.88964.708

5.25334.0736.08134.412

23.44958.00223.44964.969

35.06311.51791.302143.057

204.827198.385694.524745.896

(i) FINSOCIAL: Compensação de FINSOCIAL (Fundo de Investimento Social - FINSOCIAL) com tributos federais, com base em decisão judicial transitada em julgado em setembro de 2003, nos autos de ação judicial em que foi discutida a constitucionalidade do FINSOCIAL. A compensação dos tributos permanece em discussão na esfera administrativa. (ii) INSS: Montante provisionado a título de INSS (Instituto Nacional de Seguridade Social), representado, substancialmente, por valores relativos às contribuições previdenciárias incidentes sobre o faturamento, nos termos do art. 22-A da Lei 8.212/91, cuja constitucionalidade está sendo discutida em juízo. Os valores envolvidos estão depositados judicialmente. O leading case - RE 611.601 (Tema 281) foi julgado de forma desfavorável pelo Supremo Tribunal Federal, reconhecendo a constitucionalidade do art. 22-A da Lei nº 8.212/91. (iii) ICMS: Autuações fiscais lavradas pelo Fisco relacionadas a diversos tipos de créditos de ICMS, incluindo: (a) autuação, como devedor único, por suposto desrespeito às obrigações de retenção de ICMS em relação a contrato de pedágio, decorrente de parceria agrícola entre nossas usinas de cana-de-açúcar e a Central Paulista Ltda. Açúcar e Alcool; (b) ICMS relativo a operações interestaduais tributadas como operações internas e, portanto, sujeitas a alíquota mais elevada, entre outros. Trabalhistas: A Companhia e suas controladas figuram como polo passivo em diversas ações trabalhistas, movidas por ex-empregados e prestadores de serviços terceirizados. As demandas incluem pleitos por adicionais à remuneração e indenizações de natureza diversa. Adicionalmente, a Companhia é parte em ações civis públicas interpostas pelo Ministério Público do Trabalho, relacionadas a supostos descumprimentos de normas trabalhistas, condições e ambiente de trabalho. Em relação às alegações julgadas procedentes, a Companhia celebrou Termos de Ajustamento de Conduta ("TAC") com as autoridades competentes. Cíveis, Ambientais e Regulatórias: A Companhia e suas controladas são partes em diversas ações indenizatórias, ações civis públicas e processos administrativos. Individualmente, esses processos não são considerados relevantes, e, com base na avaliação de seus assessores jurídicos, o risco de perda é classificado como provável. b) Perdas possíveis: A seguir, são descritos os principais processos para os quais o risco de perda é considerado possível:

Controladora

Consolidado

31/12/202531/12/202431/12/202531/12/2024

Tributárias

Cíveis, ambientais e regulatórias

Trabalhistas

Total

Tributárias

3.365.3223.324.4488.392.9698.624.545

770.6061.111.7566.864.8966.569.528

15.51310.189814.364690.535

4.151.4414.446.39316.072.22915.884.608

Controladora

Consolidado

31/12/202531/12/202431/12/202531/12/2024

Multa isolada - tributos federais (ii)

ICMS - Imposto sobre circulação de mercadorias (iii)

IRRF (iii)

PIS e COFINS (iv)

MP 470 parcelamento de débitos (v)

Plano de opção de compra de ações

IOF sobre mútuo (vi)

Compensação com crédito prêmio (vii)

IPI - Imposto sobre produtos industrializados (viii)

INSS

IPTU (iv)

Outros

Total

- -856.908847.582

1.278.5841.151.5233.021.7172.996.997

- -925.890869.346

1.164.9861.297.6121.888.2922.174.274

281.285253.793281.285253.793

- -33.38732.087

- -68.168195.098

162.357157.959162.357157.959

179.205189.971381.282333.185

124.99376.763209.118159.983

- -143.077128.700

173.912196.827421.488475.541

3.365.3223.324.4488.392.9698.624.545

(i) Dentre as demandas relacionadas à multa isolada, há autuação decorrente da: (a) descon sideração dos benefícios fiscais do REPORITO, com a consequente aplicação da multa isolada correspondente a 50% do valor dos bens adquiridos; (b) lavratura de autos de infração sobre alegada ausência de recolhimento de tributos federais (IRPJ, CSLL, PIS e COFINS) e alegado crédito não indevido de crédito-prêmio de IPI, com aplicação de multa isolada. (ii) As demandas de ICMS estão relacionadas, substancialmente, à: (a) glosa de créditos de ICMS relativos à aquisição de óleo diesel; bens supostamente enquadrados como uso e consumo e fornecedores que tiveram suas inscrições estaduais cassadas (declarados inidôneos); (b) comprovação de entrega de bens vendidos com cláusula FOB; (c) ICMS sobre serviços de transporte para exportação; (d) divergência na aplicação da legislação de regência de operações com substituição tributária; e (e) aquisição de vagões em decorrência da alegada não isenção prevista pelo Regime Tributário para Incentivo à Modernização e à Ampliação da Estrutura Portuária - REPORITO e (f) ICMS e multa sobre operações com documentos fiscais considerados inidôneos pelo fisco. (iii) Cobrança de IRRF sobre: (a) suposto ganho de capital decorrente de aquisição de empresas localizadas no exterior; e (b) glosa de compensação de IRRF sobre operações de swap. (iv) Pedidos de créditos de PIS e COFINS, apurados na sistemática não cumulativa, em virtude de divergência no conceito de insumos. (v) Pedidos de parcelamento de débitos tributários federais inferidos parcialmente pela Receita Federal do Brasil, sob o argumento de que os prejuízos fiscais são insuficientes para a quitação dos respectivos débitos. (vi) Cobranças de IOF relacionadas, substancialmente, à: (a) contas correntes mantidas por controladas da Companhia; e (b) transações financeiras entre as companhias do grupo. (vii) Declarações de compensação via sistema eletrônico PERD/COMP, referentes a "crédito-prêmio", consideradas como não declaradas pela Receita Federal do Brasil. (viii) Cobrança de glosa de créditos de IPI relativos à aquisição de matéria-prima utilizada na fabricação de produtos imunes. (ix) Cobrança de Imposto Predial

continua

www.cosan.com.br

<

★ continuação

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras da Cosan S.A. (Em milhares de reais, exceto se de outra forma indicado)

22. Resultado financeiro

Política contábil: As receitas financeiras compreendem: • Receitas de juros sobre fundos investidos; • Ganhos decorrentes da variação ao valor justo de ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado; • Ganhos decorrentes da variação do valor justo de participações pré-existentes em combinações de negócios; • Ganhos em instrumentos de hedge que são reconhecidos no resultado; • Reclassificações para o resultado de ganhos líquidos anteriormente reconhecidos em outros resultados abrangentes. A receita de juros é reconhecida no resultado pelo método da taxa efetiva de juros. As despesas financeiras compreendem: • Despesas com juros sobre empréstimos e financiamentos; • Reconhecimento do desconto de provisões e de encargos diferidos; • Perdas na alienação de ativos financeiros; • Perdas decorrentes da variação do valor justo de ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado e de contraprestações contingentes; • Perdas por redução ao valor recuperável de ativos financeiros (exceto contas a receber); • Perdas de instrumentos de hedge reconhecidas no resultado; • Reclassificações para o resultado de perdas líquidas anteriormente reconhecidas em outros resultados abrangentes. Os custos de empréstimo que não são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de ativo qualificável são reconhecidos no resultado pelo método da taxa efetiva de juros. Os ganhos e perdas cambiais decorrentes de ativos e passivos financeiros são apresentados de forma líquida como receita ou despesa financeira, conforme as variações da moeda estrangeira resultem em posição positiva ou negativa. Os detalhes das receitas e custos financeiros são os seguintes:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Custo da dívida bruta				
Juros e variação monetária	(2.147.672)	(1.820.040)	(6.441.757)	(5.767.426)
Variação cambial líquida sobre dívidas	799.673	(1.969.526)	2.473.085	(5.795.089)
Resultado com derivativos e valor justo	(1.855.815)	1.827.880	(4.523.652)	3.787.479
Amortização do gasto de captação	(87.811)	(21.009)	(452.944)	(113.136)
Descontos obtidos em operações financeiras	-	-	186.681	-
Fianças e garantias sobre dívida	-	-	(19.374)	(36.079)
	(3.291.625)	(1.982.695)	(8.777.961)	(7.924.251)
Rendimento de aplicações financeiras e variação cambial de caixa	682.636	200.927	2.505.285	1.975.811
Atualização de investimento financeiro sobre entidades listadas	87.844	-	87.844	-
	770.480	200.927	2.593.129	1.975.811
	(2.521.145)	(1.781.768)	(6.184.832)	(5.948.440)
Custo da dívida, líquida				
Outros encargos e variações monetárias				
Juros sobre outros recebíveis	54.113	63.336	728.102	464.883
Juros sobre outras obrigações	(14.894)	-	(14.894)	-
Arrendamento e concessão	-	-	(517.451)	(387.044)
Arrendamento mercantil	(2.419)	(3.005)	(647.750)	(641.144)
Impostos sobre juros sobre capital próprio	-	(1.295)	(50.337)	(44.464)
Juros sobre contingências e contratos	(103.736)	(19.362)	(470.301)	(605.231)
Juros sobre ativo e passivo setorial	-	-	(111.245)	(88.170)
Despesas bancárias e outros	(40.312)	(40.703)	(141.873)	155.624
Variação cambial e derivativos não dívida	(113.737)	(3.513.820)	(380.840)	(1.655.731)
	(220.985)	(3.514.849)	(1.606.589)	(2.801.277)
	(2.742.130)	(5.296.617)	(7.791.421)	(8.749.717)
Resultado financeiro, líquido				
Reconciliação				
Despesas financeiras	(2.822.014)	(2.357.419)	(8.949.615)	(7.637.116)
Receitas financeiras	875.774	291.426	3.583.317	2.655.899
Variação cambial	1.434.193	(3.557.941)	2.397.352	(5.741.359)
Efeito líquido dos derivativos	(2.230.083)	327.317	(4.822.475)	1.972.859
Resultado financeiro, líquido	(2.742.130)	(5.296.617)	(7.791.421)	(8.749.717)
(i) A variação decorreu majoritariamente da desvalorização do dólar norte-americano frente ao real brasileiro - cuja cotação média PTAX passou de R\$ 6,19 em 31 de dezembro de 2024 para R\$ 5,50 em 31 de dezembro de 2025 (apreciação de 11,2% do real).				
23. Benefício pós-emprego				
Política contábil: O custo dos planos de pensão de benefício definido e de outros benefícios pós-emprego, bem como o valor presente da obrigação de aposentadoria, são determinados com base nos resultados de avaliações atuariais. Uma avaliação atuarial envolve o uso de diversas premissas que podem diferir dos resultados reais no futuro. Estas incluem a determinação da taxa de desconto, aumentos salariais futuros, taxas de mortalidade e aumentos futuros de pensão. Uma obrigação de benefício definido é altamente sensível a mudanças nessas premissas. Todas as premissas são revisadas pela Administração em cada data de balanço. i. Planos de Contribuição Definida: Um plano de contribuição definida é um plano de benefícios pós-emprego segundo o qual a Companhia paga contribuições fixas a uma entidade separada e não tem obrigação legal ou construtiva de pagar valores adicionais. As obrigações por contribuições para planos de contribuição definida são reconhecidas como despesa de benefícios a empregados no resultado dos períodos em que os serviços relacionados são prestados pelos empregados. As contribuições para um plano de contribuição definida com vencimento superior a 12 meses após o final do período em que os funcionários prestam o serviço são descontadas ao seu valor presente. A Companhia patrocina um plano de contribuição definida chamado Plano de Aposentadoria FuturaFlex (para os funcionários da Compass, Comgás e Commit), administrado pela FuturaMais - Entidade de Previdência Complementar ("FuturaMais") (anteriormente denominada RaizPrev - Entidade de Previdência Privada, que incorporou a Futura II - Entidade de Previdência Complementar). A Entidade é dotada de autonomia administrativa, patrimonial e financeira, tendo como objeto a administração e execução de planos de benefícios de natureza previdenciária, conforme definido nos Regulamentos dos Planos de Benefícios. A Companhia não possui obrigações legais e contratuais que possam gerar a necessidade de realizar contribuições extraordinárias adicionais, caso o plano apresente resultado deficitário. ii. Contribuição variável: Um plano de contribuição variável, também conhecido como misto, reúne aspectos do Benefício Definido ("BD") e da Contribuição Definida ("CD"). A Companhia e suas controladas patrocinam um plano de previdência complementar estruturado na modalidade de Contribuição Variável, chamado Plano de Aposentadoria Futura II. Também administrado pela FuturaMais, ele reúne as características da Contribuição Definida para os benefícios programados (aposentadoria normal e antecipada) e do Benefício Definido para os benefícios de risco (auxílio-doença, invalidez, pecúlio e pensão por morte). A Compagas oferece plano de contribuição definida do tipo misto, que é caracterizado pela acumulação de poupança durante a fase de atividade dos empregados e quando da aposentadoria é convertido em renda vitalícia. Os principais riscos deste plano são maior sobrevida dos beneficiários e maior crescimento salarial em relação àqueles considerados nos cálculos. iii. Benefício definido: O plano de benefício definido é um plano em que os participantes têm o benefício devido determinado por força das disposições regulamentares. O custo é estabelecido por meio de avaliações atuariais, com periodicidade mínima anual, realizadas com base em premissas. Plano de Aposentadoria: O Plano de Aposentadoria, administrado pela Futura - Entidade de Previdência Complementar e patrocinado pela Cosan Lubrificantes e Especialidades S.A., encontra-se fechado e em extinção desde 2011. De acordo com o regulamento, a Companhia adota provisão no valor presente dos benefícios, e os assistidos recebem anuidade de acordo com o plano. Os principais riscos atuariais são: a) Maior sobrevida em relação ao especificado nas tabelas de mortalidade; b) Retorno sobre o patrimônio líquido inferior à taxa de desconto utilizada na avaliação atuarial, acrescida do IGP-DI acumulado; e c) Estrutura familiar real divergente das hipóteses de aposentadoria estabelecidas. Plano médico: A Companhia possui planos de benefícios definido relacionados a assistência médica nas subsidiárias Comgás e Compagas. A controlada Comgás oferece benefício pós-emprego de assistência à saúde, concedido aos ex-empregados e respectivos dependentes aposentados até 31 de maio de 2020. Após essa data, somente empregados com 20 anos de contribuição ao Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) e 15 anos de trabalho ininterruptos na Companhia em 31 de maio de 2020 têm direito a esse plano de benefício definido, desde que, na data de concessão da aposentadoria, estejam trabalhando na Companhia. Já na Compagas é oferecido o Plano Pró-Saúde para funcionários e dependentes, com contribuições mensais da patrocinadora e empregados. Os beneficiários na aposentadoria terão direito de permanecer de forma vitalícia no plano. Os principais riscos deste plano são maior sobrevida dos beneficiários e maior custo de inflação médica em relação àqueles considerados nos cálculos. O passivo reconhecido no balanço patrimonial em relação ao plano de pós-emprego de benefício definido é calculado anualmente por atuários independentes. A quantia reconhecida no balanço em relação aos passivos do plano de benefício pós-emprego representa o valor presente das obrigações, deduzido do valor justo dos ativos, incluindo ganhos e perdas atuariais. Remensurações da obrigação líquida, que incluem os ganhos e perdas atuariais, o retorno dos ativos do plano (excluindo juros) e o efeito do teto do ativo (se houver, excluindo juros), são reconhecidas imediatamente em outros resultados abrangentes (ORA). Juros líquidos e outras despesas relacionadas ao plano de benefício definido são reconhecidos no resultado. Ganhos e perdas atuariais decorrentes de ajustes com base na experiência e nas mudanças das premissas atuariais são registrados diretamente no patrimônio líquido, como outros resultados abrangentes (ORA), quando ocorrem.				
	Consolidado			
	31/12/2025	31/12/2024		
Contribuição definida				
Futura II			386	298
Benefício definido				
Futura			146.225	141.050
Plano médico			389.815	385.272
			536.040	526.322
			536.426	526.620
Total				
Detalhamento dos planos vigentes: a) Contribuição definida: Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2025, o valor das contribuições pagas pela Companhia foi de R\$ 1.323 (R\$ 111 em 31 de dezembro de 2024). b) Benefício definido: A controlada indireta CLE patrocina a Futura - Entidade de Previdência Complementar ("Futura"), anteriormente denominada Previd Exon - Entidade de Previdência Complementar. A Futura tem como objetivo principal os benefícios complementares, dentro de certos limites estabelecidos no regulamento do Plano de Aposentadoria. Esse plano foi alterado para ser fechado a novos participantes e aprovado pelas autoridades competentes em 5 de maio de 2011. Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2025, as contribuições totalizaram R\$ 19.240 (R\$ 16.252 no exercício findo em 31 de dezembro de 2024). A duração média ponderada da obrigação é de 7,7 anos em 31 de dezembro de 2025 e 8,9 anos em 31 de dezembro de 2024. Em 2026, a CLE espera efetuar uma contribuição no valor de R\$ 18.624 em relação ao seu plano de benefício definido. Ademais, a controlada indireta Compagas realizou a análise atuarial do plano previdenciário de benefício definido, o qual está superavitário e, portanto, não foram registrados saldos. Os detalhes estão a seguir:				
	31/12/2025			
Obrigação no final do exercício			(46.780)	
Ativos financeiros no final do exercício			54.476	
Superávit apurado			7.696	
Efeito do limite do ativo			(7.696)	
Passivo a ser reconhecido			-	
c) Plano médico: As obrigações relacionadas a planos de benefícios pós-emprego incluem assistência médica, incentivo à aposentadoria, pagamento de auxílio-doença e pensão por incapacidade. O plano de pensão de benefício definido é regido pelas leis trabalhistas do Brasil, que exigem que os pagamentos do salário final sejam ajustados pelo índice de preços ao consumidor no momento do pagamento durante a aposentadoria. O nível de benefícios fornecidos depende do tempo de serviço e do salário do membro na idade da aposentadoria. Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2025, as contribuições totalizaram R\$30.891 (R\$31.169 no exercício findo em 31 de dezembro de 2024). A duração média ponderada da obrigação de plano médico era de 9,9 anos (8,9 anos em 31 de dezembro de 2024) na controlada indireta Comgás e 17,7 anos (20,4 anos em 2024) na controlada indireta Compagas. Em 2026, controladas esperam efetuar uma contribuição no valor de R\$ 46.373 em relação ao seu plano de benefício definido. Composição e movimentação dos planos vigentes: Os detalhes do valor presente da obrigação de benefício definido e do valor justo dos ativos do plano são apresentados a seguir:				
	31/12/2025	31/12/2024		
Obrigação de benefício definido no início do exercício	1.018.300	1.141.841		
Custo dos serviços correntes	378	386		
Combinação de negócios	-	9.560		
Juros sobre obrigação atuarial	111.130	105.302		
Ganhos atuariais decorrentes de mudanças em premissas financeiras	(3.747)	(170.791)		
Perdas (ganhos) atuariais decorrentes de ajustes pela experiência	(8.188)	23.181		
Perdas atuariais decorrentes de alterações nas premissas demográficas	-	505		
Benefícios pagos	(96.934)	(91.684)		
Obrigação de benefício definido no final do exercício	1.020.939	1.018.300		
Valor justo dos ativos do plano no início do exercício	(491.978)	(524.527)		
Receitas de juros	(51.452)	(46.423)		
Rendimento sobre os ativos maior que a taxa de desconto	11.730	34.709		
Contribuições do empregador	(50.133)	(43.340)		
Benefícios pagos	96.934	87.603		
Valor justo dos ativos do plano no final do exercício	(484.899)	(491.978)		
Passivo líquido de benefício definido	536.040	526.322		
A despesa total reconhecida no resultado é como segue:				
	31/12/2025	31/12/2024		
Custo dos serviços correntes	(378)	(386)		
Juros sobre obrigação atuarial	(59.678)	(58.879)		
	(60.056)	(59.265)		
Valor total reconhecido como outros resultados abrangentes acumulados:				
	31/12/2025	31/12/2024		
Montante acumulado no início do exercício	290.378	180.311		
Ganhos atuariais decorrentes de mudanças em premissas financeiras	3.486	168.351		
Perdas atuariais decorrentes de ajustes pela experiência	8.449	(23.575)		
Rendimento sobre os ativos maior que a taxa de desconto	(11.730)	(34.709)		
Montante acumulado no final do exercício	290.583	290.378		

Os ativos do plano são compostos de seguinte:

	31/12/2025		31/12/2024	
	Valor	%	Valor	%
Renda fixa	484.112	100,00%	491.194	100,00%
	484.112	100,00%	491.194	100,00%

Os ativos do plano são compostos por ativos financeiros com cotação em mercados ativos e, portanto, são classificados como Nível 1 e Nível 2 na hierarquia de avaliação do valor justo. A taxa esperada global de retorno dos ativos do plano é determinada com base nas expectativas de mercado vigentes nessa data, aplicáveis ao período durante o qual a obrigação deve ser liquidada.

As principais premissas utilizadas para determinar as obrigações de benefícios da Companhia e suas controladas são as seguintes:

	Futura		Plano médico Compagas		Plano médico Comgás	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Taxa real de desconto	11,13%	11,07%	7,22% a.a.	7,43% a.a.	7,27% a.a.	12,14% a.a.
Taxa de inflação	3,50%	3,50%	3,90% a.a.	4,96% a.a.	4,00% a.a.	4,50% a.a.
Futuros aumentos salariais	N/A	N/A	1,00% a.a.	1,00% a.a.	N/A	N/A
Aging factor	N/A	N/A	2,20% a.a.	2,20% a.a.	3,00% a.a.	3,00%
Futuros aumentos de pensão	3,50%	3,50%	1,00% a.a.	1,00% a.a.	3,00% a.a.	3,00% a.a.
Mortalidade geral			AT-2000 (basic)	AT-2000 (basic)	AT-2000	AT-2000
(segregada por sexo)	N/A	N/A	segregada por sexo	segregada por sexo	(suavizada em 10%)	(suavizada em 10%)
Mortalidade de inválidos	N/A	N/A	Winklevoss	Winklevoss	IAPB-1957	IAPB-1957
Entrada em invalidez	N/A	N/A	TASA 1927	TASA 1927	UP-84 Modificada	UP-84 Modificada
					0,60/(tempo de serviço +1)	0,60/(tempo de serviço +1)
Rotatividade	N/A	N/A	1,49% a.a.	1,43% a.a.	100% aos 60 anos	100% aos 60 anos
Idade para aposentadoria	N/A	N/A				

Análise de sensibilidade: A taxa de desconto é uma das premissas atuariais relevantes, pois afeta a obrigação de benefício definido. A tabela a seguir demonstra a sensibilidade da obrigação de benefício definido a mudanças na taxa de desconto, mantendo as demais premissas constantes:

	Taxa de desconto		Inflação médica	
	Aumento 0,50%	Redução 0,50%	Aumento 0,50%	Redução 0,50%
Futura	609.697	652.378	611.199	654.754
Plano médico	(16.918)	18.410	335	(321)

Não houve alteração nas premissas biométricas e demográficas em relação aos anos anteriores, nem nos métodos adotados na elaboração da análise de sensibilidade.

24. Pagamento com base em ações

Política contábil: O valor justo dos benefícios de pagamento baseado em ações, na data de outorga, é reconhecido como despesa de pessoal, com aumento correspondente no patrimônio líquido, ao longo do período em que os empregados adquirem irrevogavelmente o direito aos benefícios (período de vesting), de forma proporcional ao tempo decorrido. O valor reconhecido como despesa é ajustado para refletir o número de ações para as quais se espera que as condições de serviço e as condições de vesting não baseadas em mercado sejam cumpridas. Assim, o montante finalmente reconhecido como despesa baseia-se no número de ações que efetivamente satisfizerem essas condições na data de vesting. Para benefícios de pagamento baseados em ações sem período de vesting (non-vesting), o valor justo na data de outorga já incorpora tais características, não havendo ajustes posteriores decorrentes de diferenças entre os benefícios esperados e os efetivamente concedidos. O valor justo do montante a pagar aos empregados referente aos direitos de valorização acionária (stock appreciation rights - SARs), quando liquidados em caixa, é reconhecido como despesa, com aumento correspondente no passivo, ao longo do exercício em que os empregados adquirem irrevogavelmente o direito ao recebimento. O passivo é reavaliado a cada data do balanço e na data de liquidação, com base no valor justo dos direitos de valorização acionária. As variações decorrentes dessa reavaliação são reconhecidas no resultado do exercício como despesas de pessoal. Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia possui os seguintes acordos de pagamento baseado em ações: Programas outorgados durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2024 e ainda vigentes: • Concessão de ações (liquidadas em ação), sem lock-up, com entrega das ações ao final do período de carência de 5 anos, condicionada apenas à manutenção do vínculo empregatício (service condition). • Concessão de ações (liquidadas em ação), sem lock-up, com entrega das ações ao longo ou ao final do período de carência de 3 a 5 anos, condicionada: i. Parte das opções à manutenção do vínculo empregatício (service condition); e ii. Parte ao atingimento de cada uma das métricas que compõem as metas de desempenho (performance conditions). • Plano de remuneração baseado em ações (liquidado em caixa) no qual é atribuído aos beneficiários um determinado número de unidades referenciadas a um preço teórico de ações calculado com base no EBITDA consolidado da Cosan para cada ano. As unidades serão pagas à vista, mediante cumprimento das condições contratuais de 3 a 5 anos de vesting period. Os pagamentos acontecem no final de cada ciclo (de 3 a 5 anos após a data de outorga), com base no valor referenciado convertido da ação naquele momento. Programas outorgados durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2025: No exercício findo em 31 de dezembro de 2025 foram estabelecidos os seguintes Programas de pagamento baseado em ações:

Programa	Condições de aquisição de direito
	Outorga 31 de julho de 2025.
Investe Cosan 2025	Programa Investe Cosan 2025, outorgado em 31 de julho de 2025. O programa de incentivo está condicionado a ações de retenção e ações de performance. Do total de ações do programa, 50% estão relacionadas a tempo de serviço (service condition) pelo período de 3 anos. O restante, equivalente a 50% do programa, estão relacionadas a metas de desempenho sendo necessário o atingimento de métricas específicas que podem variar de 0% e 150%.
Investe Cosan 2025	Outorga 10 de novembro de 2025. Programa Investe Cosan 2025, outorgado em 10 de novembro de 2025. O programa de incentivo está condicionado a ações de retenção. O total de ações do programa estão relacionadas a tempo de serviço (service condition) pelo período de 6 meses.
Programa Phantom Shares 2025 Moove	Outorga 31 de julho de 2025. O programa de incentivo está condicionado ao tempo de serviço (service condition) e atrelado a ocorrência de um evento de liquidez definidas no programa (performance conditions). As opções outorgadas aos participantes somente poderão ser exercidas após se tornarem opções vestidas, sendo que o prazo máximo para o exercício das Opções será de 6 (seis) anos a partir da data de outorga.
Programa Investe 2025 - Rumo	Outorga 10 de outubro de 2025. Programas de opções, sem lock-up, com entrega das ações ao final do período de carência de três anos, condicionada i) parte das opções à manutenção do vínculo empregatício (service condition) e ii) parte ao atingimento de cada uma das métricas que compõem as metas de desempenho (performance conditions), sendo que a quantidade das opções de performance outorgadas que poderá variar entre 0% e 200% a depender do desempenho).
Phantom shares - Compass	Outorga 01 de agosto de 2025. Plano de phantom shares que prevê a concessão de direitos de valorização de ações ("SARs"). Os SARs oferecem a oportunidade de receber um pagamento em dinheiro igual ao valor justo de mercado das ações ordinárias da Compass.

Tipo de prêmio/Data de concessão	Empresa	Expectativa de vida (meses)	Quantidade de ações			Valor justo na data de outorga - R\$
			Concessão de planos	Exercido/cancelado/transferido	Disponível	
Programa de concessão de ações						
31/07/2020	Cosan S.A.	60	68.972	(68.972)	-	20,93
31/07/2021 - Invest I	Cosan S.A.	36	424.839	(424.839)	-	24,38
10/09/2021 - Invest II	Cosan S.A.	48	5.283.275	(5.283.275)	-	22,24
11/10/2021 - Invest III	Cosan S.A.	60	806.752	(566.287)	240.465	23,20
31/07/2022 - Invest I	Cosan S.A.	36	846.506	(846.506)	-	18,74
22/11/2022 - Investe Sócios	Cosan S.A.	60	377.173	(192.869)	184.304	17,14
30/01/2023 - Investe Sócios	Cosan S.A.	36	12.472.325	(7.864.867)	4.607.458	15,26
31/07/2023 - Investe Cosan I - Regular	Cosan S.A.	36	1.047.845	(478.677)	569.168	17,53
01/12/2023 - Investe Cosan III - Associados	Cosan S.A.	60	546.734	(119.209)	427.525	17,68
30/01/2024 - Investe Sócios	Cosan S.A.	12	2.322.324	(2.322.324)	-	18,18
31/07/2024 - Programa Investe Cosan 2024	Cosan S.A.	36	1.428.479	(308.634)	1.119.845	13,54
31/07/2025 - Programa Investe Cosan 2025	Cosan S.A.	36	2.644.661	(214.838)	2.429.823	7,28
10/11/2025 - Programa Investe Cosan 2025	Cosan S.A.	6	2.722.482	-	2.722.482	5,00
			30.992.367	(18.691.297)	12.301.070	
20/11/2024 - Programa SOP 2024	Moove	72	610.940	(610.940)	-	50,05
			610.940	(610.940)	-	
11/11/2020	Rumo S.A.	60	776.142	(776.142)	-	20,01
05/05/2021	Rumo S.A.	60	1.481.000	(1.481.000)	-	20,84
01/09/2022	Rumo S.A.	36	1.781.640	(1.781.640)	-	20,36
06/09/2023	Rumo S.A.	36	1.724.867	(277.097)	1.447.770	21,86
22/08/2024	Rumo S.A.	36	2.433.432	(134.748)	2.298.684	23,37
01/10/2025	Rumo S.A.	36	2.350.620	(9.093)	2.341.527	15,74
			10.547.701	(4.459.720)	6.087.981	
Plano de remuneração baseado em ações liquidados em caixa						
31/07/2019 - Invest I	Moove	60	132.670	(132.670)	-	50,79
31/07/2020 - Invest II	Moove	60	106.952	(106.952)	-	61,89
31/07/2021 - Invest III	Moove	36	80.729	(80.729)	-	102,73
31/07/2022 - Invest IV	Moove	36	77.967	(77.967)	-	135,05
31/07/2023 - Invest V	Moove	36	82.204	(7.228)	74.976	150,98
31/07/2024 - Invest VI	Moove	36	61.372	(2.178)	59.194	234,43
31/07/2025 - Invest VII	Moove	36	61.666	(220)	61.446	283,02
01/08/2023	Compass	36	331.211	(67.962)	263.249	34,12
01/08/2024	Compass	36	376.495	(24.579)	351.916	42,21
01/11/2024	Compass	33	16.969	(4.112)	12.857	42,21
01/08/2025	Compass	36	424.508	(12.901)	411.607	41,92
			1.755.743	(517.498)	1.238.245	
Total			43.903.751	(24.279.455)	19.624.296	

★ continuação		Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras da Cosan S.A. (Em milhares de reais, exceto se de outra forma indicado)	
riscos associados a este evento e concluiu que, até a data de autorização destas demonstrações financeiras, não foram identificados impactos materiais sobre: • As operações consolidadas da Cosan no Brasil e nos demais países onde atua; • A posição financeira consolidada (incluindo dívida, liquidez e exposição cambial); • Os preços de commodities relevantes para a Companhia, cujas variações observadas não impactaram de forma relevante estas demonstrações financeiras. A Companhia mantém monitoramento contínuo dos desdobramentos geopolíticos e seus efeitos sobre as cadeias globais de suprimento de energia e logística. Eventuais impactos materiais futuros serão divulgados imediatamente ao mercado. Oferta pública inicial de ações (IPO): Em 5 de março de 2026, a Cosan S.A. comunicou ao mercado que sua controlada Compass protocolou, junto à CVM, o pedido de registro para realização de oferta pública inicial de ações (initial public offering - IPO) no Brasil. A operação proposta consiste em oferta secundária de ações ordinárias, sem emissão de novas ações, com os recursos a serem integralmente destinados aos acionistas vendedores. Paralelamente, a Compass solicitou a admissão de suas ações ao segmento de listagem especial Novo Mercado da B3 S.A., sujeita às aprovações regulatórias pertinentes. Os termos e condições da oferta, incluindo volume de ações e faixa de preço, ainda serão definidos e dependem, entre outros fatores, das aprovações pelos órgãos reguladores competentes e do cenário de mercado vigente à época da operação. 26. Novas normas contábeis 26.1 Normas contábeis recentes adotadas pela companhia: As normas e alterações que passaram a vigorar a partir do exercício iniciado em ou após 1º de janeiro de 2025 não produziram impactos materiais nas demonstrações financeiras da Companhia. A Companhia não adotou antecipadamente qualquer outra norma, interpretação ou alteração que tenha sido emitida, mas ainda não esteja em vigor. 26.2 Novas normas e interpretações ainda não efetivas: As normas e interpretações novas e alteradas emitidas, mas não ainda em vigor até a data de emissão das demonstrações financeiras da Companhia estão descritas a seguir, exceto por aquelas as quais, na avaliação da Administração não possuem o potencial de produzir efeitos sobre as demonstrações financeiras. A Companhia pretende adotar essas normas e interpretações novas e alteradas, se aplicável, quando estas entrarem em vigor. Alterações ao IFRS 9 e IFRS 7 - Classificação e Mensuração de Instrumentos Financeiros: Em 30 de maio de 2024, o IASB emitiu alterações ao IFRS 9 - Instrumentos Financeiros” e IFRS 7 - “Instrumentos Financeiros:			
Diretoria Marcelo Eduardo Martins - Diretor Presidente Maria Rita de Carvalho Drummond - Diretora Vice-Presidente Jurídico Rafael Bergman - Diretor Vice-Presidente Financeiro e Relações com Investidores		Contador Rodrigo Duenas Agostinho CRC SP-258629/0-5	
Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente			
Em observância às disposições constantes da Resolução CVM nº 80, a Diretoria declara que reviu, discutiu e concorda com opiniões expressas no relatório dos auditores independentes emitido em 09 de março de 2026, referente ao conjunto das Demonstrações Financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2025 emitido pela PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes Ltda., CRC 2SP000160/0-5.			
Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras			
Em observância às disposições constantes da Resolução CVM nº 80, a Diretoria declara que discutiu, revisou e concordou com as demonstrações financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025.			
Parer do Conselho Fiscal			
O Conselho Fiscal da COSAN S.A., no uso de suas atribuições legais, examinou as Demonstrações Financeiras da Companhia, acompanhadas do Relatório dos Auditores Independentes e do Relatório Anual da Administração, relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025, e com base nos exames realizados, nos esclarecimentos prestados pela Administração e no Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras, emitido pela PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes, considerando também que não foram identificadas fraudes ou quaisquer outras ocorrências similares, o Conselho Fiscal opina que os referidos documentos estão em condições de serem submetidos à apreciação pela Assembleia Geral Ordinária da Companhia. São Paulo (SP), 09 de março de 2026.			
Guido Barbosa De Oliveira		João Ricardo Ducatti	
		Mônica Pires da Silva	
Relatório Resumido do Comitê de Auditoria			
O Comitê de Auditoria (“Comitê”) da Cosan S.A. (“Companhia”) é um órgão estatutário, de funcionamento permanente, que assessora o Conselho de Administração nas matérias de sua competência, conforme previsto no Estatuto Social e em seu Regimento Interno. Os membros do Comitê são eleitos bianualmente pelo Conselho de Administração, permitida a reeleição por períodos sucessivos até o limite acumulado de 10 (dez) anos, observados igualmente os requisitos de independência previstos no Regimento Interno do Comitê. O Comitê é atualmente composto por 3 (três) membros independentes, sendo que um deles também atua como membro independente do Conselho de Administração da Companhia. De acordo com seu Regimento Interno, cabe ao Comitê supervisionar e avaliar a atuação, a independência e a qualidade dos trabalhos da auditoria independente e da Auditoria Interna, bem como acompanhar, no âmbito de sua competência, a efetividade dos controles internos e dos processos de gerenciamento de riscos, a aderência às normas legais, estatutárias e regulatórias e a qualidade e integridade das demonstrações financeiras. Compete-lhe, ainda, receber, analisar e tratar denúncias relacionadas a tais matérias, assegurando a confidencialidade e a proteção do denunciante. As avaliações do Comitê baseiam-se nas informações recebidas da Administração da Companhia, dos Auditores Independentes, da Auditoria Interna, da área de Controles Internos e do gestor do Canal de Denúncias, bem como em análises decorrentes de observação direta. A PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes Ltda. (“Auditores Independentes” ou “PwC”) é responsável pela auditoria das demonstrações financeiras da Companhia referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025, realizada conforme as normas profissionais aplicáveis e os requerimentos da CVM. Em 09 de março de 2026, a PwC emitiu relatório com opinião sem ressalvas. Os trabalhos de Auditoria Interna foram realizados por equipe própria da Companhia. O Comitê aprova com ciência ao Conselho de Administração e acompanha a execução do Plano Anual de Auditoria Interna, conduzido pelo gestor da Auditoria Interna, com foco na cobertura das áreas, processos e atividades que apresentam riscos mais relevantes. O Comitê também acompanha a avaliação da efetividade dos controles internos, com base em informações da Administração, da área de Controles Internos e dos Auditores Independentes, bem como a implementação de planos de ação relacionados a apontamentos e recomendações. Atividades do Comitê de Auditoria em 2025: O Comitê de Auditoria reuniu-se 11 (onze) vezes no período de fevereiro de 2025 a fevereiro de 2026. Dentre as atividades e os temas discutidos no período, destacam-se: a) acompanhamento do processo de elaboração e divulgação das informações financeiras, incluindo discussões com a Administração e com os Auditores Independentes sobre as informações trimestrais (ITRs) e as demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2025; b) acompanhamento dos trabalhos da auditoria independente, incluindo o planejamento anual, sua execução e São Paulo, 09 de março de 2026.			
Carla Alessandra Trematore Coordenadora e Especialista Financeira do Comitê de Auditoria		Luis Claudio Rappapini Soares Membro do Conselho de Administração e do Comitê de Auditoria	
		Paulo Clovis Ayres Filho Membro do Comitê de Auditoria	
Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas			
Aos Administradores e Acionistas Cosan S.A. Opinião: Examinamos as demonstrações financeiras individuais da Cosan S.A. (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, assim como as demonstrações financeiras consolidadas da Companhia e suas controladas (“Consolidado”), que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia e da Companhia e suas controladas em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa, bem como o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas contábeis internacionais (<i>IFRS Accounting Standards</i>) emitidas pelo <i>International Accounting Standards Board</i> (IASB). Base para opinião: Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas”. Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, aplicáveis a auditorias de demonstrações financeiras de entidades de interesse público no Brasil, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. Principais Assuntos de Auditoria: Principais Assuntos de Auditoria (PAA) são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Porque é um PAA: Obrigações relacionadas com a sociedade controlada em conjunto (joint venture) Raizen S.A. (“Raizen”) - Notas 2.1.11, 5.8 e 10: A Companhia apresenta em suas demonstrações financeiras consolidadas em 31 de dezembro de 2025, saldo de investimento na Raizen, no valor de zero, saldos a receber e a pagar, nos valores de R\$ 119.635 mil e de R\$ 277.414 mil, respectivamente, reconheceu perda com participação societária registrada no resultado do exercício findo nesta data, no valor de R\$ 10.881.556 mil e divulgou o não reconhecimento de perda adicional de participação societária no referido exercício, no valor de R\$ 712.152 mil. Conforme mencionado na Nota 2.1.11 às demonstrações financeiras consolidadas, devido ao elevado endividamento aliado aos prejuízos incorridos em sua operação durante 2025, a Raizen tem buscado alternativas de reforço de capital, bem como divulgou fato relevante contendo proposta para fortalecimento da estrutura de capital que, eventualmente, pode ser implementada por meio de uma recuperação extrajudicial. A administração da Companhia, em conjunto com seus assessores jurídicos, avaliou os contratos firmados, documentações societárias e outros documentos relacionados à Raizen, e concluiu não haver obrigações legais ou construtivas de suporte financeiro à Raizen e, consequentemente, não constituiu quaisquer obrigações adicionais decorrentes da situação financeira da Raizen em suas demonstrações financeiras individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2025. Dado a sensibilidade deste assunto, assim como a relevância dos valores envolvidos, consideramos este assunto como um dos principais assuntos em nossa auditoria. Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria: Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros, a avaliação do desenho e teste dos controles internos relevantes relacionados com o processo de investimentos e equivalência patrimonial. Realizamos o recálculo da aplicação do método da equivalência patrimonial para avaliação do valor do investimento na Raizen, identificando e reportando ajuste de divulgação considerado imaterial pela administração da Companhia. Com o apoio de nossos especialistas, avaliamos os contratos, documentações societárias e outros documentos relacionados com a Raizen. Discutimos com a administração e órgãos de governança, suas avaliações quanto à existência de obrigações legais ou construtivas a serem reconhecidas. Discussão e entendimento sobre existência de cláusulas restritivas cruzadas em contratos de empréstimos, financiamentos e debêntures da Companhia e suas controladas. Por fim, efetuamos a leitura das divulgações realizadas em notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Nossos procedimentos de auditoria demonstraram que as conclusões da administração em relação a esse tema são consistentes com os dados e informações obtidos. Reconhecimento, mensuração e classificação dos ativos relacionados com contratos de concessão de gás - Compass: ativo financeiro indenizável, intangível de direito de concessão e fidelização de clientes (em conjunto, “intangível de direito de concessão de gás”) e ativos de contrato - Notas 5, 11.2 e 11.3: Porque é um PAA: As demonstrações financeiras consolidadas da Companhia em 31 de dezembro de 2025, apresentam os seguintes saldos de ativos relacionados com contratos de concessão de gás: (i) ativo financeiro indenizável, no valor de R\$ 557.475 mil, (ii) intangível de direito de concessão de gás, no valor de R\$ 16.483.009 mil, e (iii) ativos de contrato, no valor de R\$ 1.041.770 mil. O reconhecimento e a mensuração dos gastos que compõem cada um destes saldos nas demonstrações financeiras consolidadas, estão relacionados com (i) gastos efetuados na rede de infraestrutura de distribuição de gás canalizado com o direito de recebimento de indenização do poder concedente ao final do contrato, (ii) direito contratual de receber caixa dos usuários pelos serviços de construção do sistema de fornecimento de gás, incluindo custos incorridos com fidelização de clientes e (iii) direito contratual relacionado às obras em construção da rede de fornecimento de gás. Adicionalmente, a classificação desses valores entre ativo financeiro indenizável, intangível de direito de concessão de gás e ativos de contrato, envolve complexidade e julgamento por parte da Administração. Esse tema foi considerado como um dos principais assuntos de auditoria em virtude da determinação dos montantes envolvidos e dos julgamentos significativos relacionados com a classificação dos valores entre ativo financeiro indenizável, intangível de direito de concessão de gás e ativos de contrato. Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria: Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros, a avaliação do desenho e teste dos controles internos relevantes relacionados com o processo de reconhecimento, mensuração e classificação do ativo financeiro indenizável, intangível de direito de concessão de gás e ativos de contrato. Seleção em base amostral, dos materiais, e serviços aplicados às obras que evidenciam os gastos com infraestrutura, com a inspeção de documentação suporte para os custos capitalizados. Recalculamos os juros sobre empréstimos, financiamentos e debêntures capitalizados sobre as obras em andamento além da amortização do intangível de direito de concessão de gás reconhecida na demonstração do resultado do exercício. Avaliamos se os custos capitalizados atendem aos critérios de capitalização, bem como sua classificação entre ativo financeiro indenizável e intangível de direito de concessão de gás. Efetuamos o cálculo matemático e testamos a metodologia de cálculo utilizada para a classificação dos gastos entre ativo financeiro indenizável e intangível de direito de concessão de gás levando-se em consideração a vida útil do ativo e o prazo de concessão. Classificou-se como ativo financeiro indenizável os valores dos ativos que a vida útil excedeu o prazo de concessão. Efetuamos a leitura e avaliação sobre as divulgações realizadas em notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Nossos procedimentos de auditoria demonstraram que os julgamentos pela administração em relação a esse tema são consistentes com os dados e informações obtidos. Porque é um PAA: Mensuração do valor justo das propriedades para investimento - Nota 11.5: A Companhia apresenta nas demonstrações financeiras consolidadas em 31 de dezembro de 2025, saldo de propriedades para investimento, representado por propriedades agrícolas mensuradas ao valor justo, no valor de R\$ 18.221.781 mil, e reconheceu no resultado do exercício findo nesta data, ganho na mensuração de valor justo no valor de R\$ 1.441.276 mil. A mensuração do valor justo envolve elevado grau de complexidade, uma vez que requer conhecimentos técnicos especializados, incluindo o envolvimento de especialistas externos para a determinação da metodologia a ser utilizada no cálculo da estimativa, efetuada de acordo com as normas emitidas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas (“ABNT”), bem como a aplicação de julgamentos relevantes pela Administração na definição das premissas adotadas, dentre as quais incluem: pesquisas de preços de propriedades agrícolas no mercado à vista, homogeneização de valores de propriedades, preços de vendas praticadas na região, distâncias, instalações, acesso às terras, topografia e solo, uso da terra considerando o tipo de cultura, nível pluviométrico e taxa de desconto. Devido a relevância dos valores envolvidos, a complexidade e julgamentos da administração na mensuração do valor justo, consideramos esse assunto como um dos principais assuntos em nossa auditoria. Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria: Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros, a avaliação do desenho e teste dos controles internos relevantes ao processo de mensuração do valor justo. Testamos, em base amostral, a mensuração do valor justo das propriedades para investimento preparados pela administração e, em conjunto com nossos especialistas, avaliamos: (i) Se as metodologias utilizadas pela administração são consistentes com os métodos utilizados no mercado; (ii) A razoabilidade das premissas adotadas na identificação e mensuração dos valores justos, comparando-as com dados de mercado			
		PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes Ltda. CRC 2SP000160/0-5	
		Alessandro Marchesino de Oliveira Contador CRC 1SP265450/0-8	
www.cosan.com.br			